



Número: **0804382-87.2019.8.15.0181**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Mista de Guarabira**

Última distribuição : **25/01/2021**

Valor da causa: **R\$ 5.000,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
SEVERINO CASCIANO BARBOSA (REPRESENTANTE)	MARCOS EDSON DE AQUINO (ADVOGADO) CLAUDIO GALDINO DA CUNHA (ADVOGADO)
I. C. B. (AUTOR)	CLAUDIO GALDINO DA CUNHA (ADVOGADO) MARCOS EDSON DE AQUINO (ADVOGADO)
JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA (REPRESENTANTE)	MARCOS EDSON DE AQUINO (ADVOGADO) CLAUDIO GALDINO DA CUNHA (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)	SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)
JANIO DANTAS GUALBERTO (TERCEIRO INTERESSADO)	
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
50460909	26/10/2021 14:42	Petição	Petição
50460911	26/10/2021 14:42	2747632_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_04	Outros Documentos
50460914	26/10/2021 14:42	2747632_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_03	Outros Documentos
50460916	26/10/2021 14:42	2747632_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_Anexo_02	Outros Documentos
50460918	26/10/2021 14:42	2747632_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACA O_01	Outros Documentos
48806426	20/09/2021 16:50	Ciência da Sentença de ID 47943119	Informação
47999999	06/09/2021 16:26	Cota	Cota
47943119	31/08/2021 19:58	Sentença	Sentença
47839052	30/08/2021 15:53	Parecer	Parecer
46966867	11/08/2021 16:51	Sentença	Despacho
46267662	27/07/2021 08:59	Expediente	Expediente
46247145	26/07/2021 18:02	Manifestação no ID retro	Informação
46175493	23/07/2021 18:16	Informação	Informação
46176066	23/07/2021 18:16	ISAÍAS CLEMENTINO (PROCURAÇÃO AD JUDICIA)	Procuração

46136 230	23/07/2021 06:12	Despacho	Despacho
46126 306	22/07/2021 17:51	Petição	Petição
45266 016	02/07/2021 16:00	Ciência da Sentença de ID 44004971	Informação
44686 584	19/06/2021 11:03	Despacho	Despacho
44445 878	14/06/2021 07:45	Certidão	Certidão
44412 295	11/06/2021 16:24	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração
44412 296	11/06/2021 16:24	2747632_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_01	Outros Documentos
44004 968	03/06/2021 08:02	Sentença	Sentença
44004 971	03/06/2021 08:02	DPVAT - Invalidez - Membro Inferior - DAMS não demonstr - Isaias x Seg. Líder - 2021	Documento de Comprovação
41431 056	06/04/2021 17:23	Nada a opor ao Laudo Pericial de ID 40728847	Informação
41411 703	06/04/2021 12:02	Certidão	Certidão
41390 185	06/04/2021 10:52	Alvará de Levantamento	Alvará de Levantamento
41243 957	30/03/2021 11:13	Petição	Petição
41243 958	30/03/2021 11:13	2747632_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02	Outros Documentos
41243 959	30/03/2021 11:13	2747632_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Outros Documentos
40729 943	17/03/2021 08:15	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
40729 462	17/03/2021 07:57	Certidão	Certidão
40729 483	17/03/2021 07:57	DOCUMENTO - DR JANIO conta	Outros Documentos
40691 174	17/03/2021 07:49	Certidão	Certidão
40728 847	17/03/2021 07:49	SEVERINO -ISAIAS	Laudo Pericial
39987 150	26/02/2021 16:41	Ciência da Decisão de ID 39427597	Informação
39755 880	22/02/2021 15:29	INTIMAÇÃO DO AUTOR	Certidão Oficial de Justiça
39755 887	22/02/2021 15:29	SEVRINO CASCIANO BARBOSA	Devolução de Mandado
39597 070	18/02/2021 07:29	Mandado	Mandado
39596 646	18/02/2021 07:20	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
39596 648	18/02/2021 07:20	Curriculum - Perito Janio Dantas	Outros Documentos
39427 597	17/02/2021 15:01	Decisão	Decisão
39389 552	11/02/2021 19:09	Manifestação no ID retro	Informação
39384 922	11/02/2021 17:22	Petição	Petição
38209 456	07/01/2021 09:53	Expediente	Expediente
37371 320	02/12/2020 13:34	Despacho	Despacho
37235 693	30/11/2020 09:31	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
37235 695	30/11/2020 09:31	0804382-87.2019	Aviso de Recebimento
35320 007	09/10/2020 12:32	Termo de Audiência	Termo de Audiência

35320 019	09/10/2020 12:32	0910-0804382-87.2019.8.15.0181-AUD-VIRTUAL- CONC-REALIZADA-SEMACORDO-06P	Termo de Audiência
35253 694	08/10/2020 10:23	Carta de Preposição	Carta de Preposição
35254 351	08/10/2020 10:23	CARTA DE PREPOSTO - LIDER - ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA	Outros Documentos
34108 234	09/09/2020 14:01	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
34040 963	08/09/2020 09:48	Contestação	Contestação
34040 975	08/09/2020 09:48	2747632_CONTESTACAO_01	Outros Documentos
34040 980	08/09/2020 09:48	2747632_CONTESTACAO_Anexo_02	Outros Documentos
34040 982	08/09/2020 09:48	KIT_SEGURADORA_LIDER	Outros Documentos
33376 516	19/08/2020 12:33	Carta	Carta
33376 515	19/08/2020 12:33	Expediente	Expediente
30084 868	23/04/2020 09:33	Certidão	Certidão
28612 177	28/02/2020 11:01	Despacho	Despacho
27264 851	26/12/2019 12:19	Petição Inicial	Petição Inicial
27264 895	26/12/2019 12:19	ISAIAS CLEMENTINO - DPVAT (PETIÇÃO INICIAL)	Documento de Comprovação
27264 898	26/12/2019 12:19	DPVAT (PROCURAÇÃO E DOCS. DOS REPRESENTANTES LEGAIS)	Documento de Comprovação
27265 049	26/12/2019 12:19	DPVAT (VÍTIMA)	Documento de Comprovação
27265 052	26/12/2019 12:19	DPVAT (REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO)	Documento de Comprovação
27265 057	26/12/2019 12:19	DPVAT (DESPESAS MÉDICAS)	Documento de Comprovação
27265 059	26/12/2019 12:19	DPVAT (BOLETIM DE OCORRÊNCIA)	Documento de Comprovação
27265 068	26/12/2019 12:19	DPVAT (VEÍCULO)	Documento de Comprovação
27265 062	26/12/2019 12:19	DPVAT (LAUDOS E PRONTUÁRIO MÉDICO)_compressed	Documento de Comprovação
27265 065	26/12/2019 12:19	GuiaCustas-1	Documento de Comprovação

EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		20/10/2021	200	3200121349482
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
19/10/2021	2747632	0804382-87.2019.815.0181	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
GUARABIRA	4 VARA CIVEL/CRIMIN.	RÉU	6457,88	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica	09248608000104		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA	Física	03586908466		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
21BCB44DD9B4935B				
CÓDIGO DE BARRAS				



Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 4.725,00
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Mai/2017 a Agosto/2020

Dados calculados		
Fator de correção do período	1188 dias	1,104934
Percentual correspondente	1188 dias	10,493419 %
Valor corrigido para 01/08/2020	(=)	R\$ 5.220,81
Sub Total	(=)	R\$ 5.220,81
Valor total	(=)	R\$ 5.220,81

Cálculo de atualização monetária

[Voltar](#) [Versão para Impressão](#)

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 5.220,81
Indexador e metodologia de cálculo	SELIC ACUMULADO MENSAL (% a.m.) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Julho/2020 a Setembro/2021
Honorários (%)	20 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	427 dias	1,030793
Percentual correspondente	427 dias	3,079301 %
Valor corrigido para 01/09/2021	(=)	R\$ 5.381,57
Sub Total	(=)	R\$ 5.381,57
Honorários (20%)	(+)	R\$ 1.076,31
Valor total	(=)	R\$ 6.457,88





				N° DA CONTA JUDICIAL 3200121349482	
N° DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 20/10/2021		AGÊNCIA (PREF / DV) 200	
TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL					
DATA DA GUIA 19/10/2021		N° DA GUIA 2747632		N° DO PROCESSO 0804382-87.2019.815.0181	
TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA					
COMARCA GUARABIRA		ORGÃO/VARA 4 VARA CIVEL/CRIMIN.		DEPOSITANTE RÉU	
VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 6457,88					
NOME DO RÉU/IMPETRADO SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		TIPO DE PESSOA Jurídica		CPF / CNPJ 09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA		TIPO DE PESSOA Física		CPF / CNPJ 03586908466	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 21BCB44DD9B4935B					
CÓDIGO DE BARRAS					





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo n.º 08043828720198150181

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

GUARABIRA, 22 de outubro de 2021.

João Barbosa
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

~



Ciência da Sentença de ID 47943119.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GUARABIRA

COTA

MM. Juiz,

O Ministério Público da Paraíba, por sua Promotora de Justiça signatária, ratifica o inteiro teor do Parecer de ID. nº 47839052, datado do dia 30/08/2021.

Guarabira/PB, data e assinatura eletrônicas.

Andréa Bezerra Pequeno de Alustau

4ª Promotora de Justiça





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0804382-87.2019.8.15.0181

[Seguro]

REPRESENTANTE: SEVERINO CASCIANO BARBOSA, JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRAAUTOR: I. C. B.

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO.

Vistos, etc.

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, já qualificada nos autos, apresentou **embargos de declaração**, aduzindo, em síntese, que houve omissão no *decisum* embargado. Ao final, requer o acolhimento dos embargos, para fins de suprir a alegada omissão.

O embargado não apresentou manifestação.

É o que importa relatar. Decido.

Embora o embargante tenha alegado a existência de vício em face da não intervenção do Ministério Público, o que possivelmente ocasionaria nulidade dos atos processuais, a representante do *Parquet*, intimada para manifestação, opinou pela inexistência de prejuízo ao menor demandante. Assim, entendo que não que se falar em qualquer nulidade.

Acerca do vício em relação à procuração anexada aos autos, verifico que a parte autora juntou procuração outorgada pelo demandante, com as assinaturas dos seus genitores (na condição de assistentes). Assim, entendo que restou regularizada a representação processual do autor, inexistindo prejuízo processual às partes.

No que tange aos índices de atualização monetária e aos juros moratórios estipulados na sentença, entendo que inexistente omissão. Na verdade, o promovido pretende rediscutir o julgado, o que é inviável em sede de embargos de declaração.



Por todo o exposto, rejeito os embargos declaratórios, diante da ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material na sentença embargada.

Publicado e registrado eletronicamente. Intimem-se.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

JUIZ(A) DE DIREITO



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GUARABIRA

Processo nº: : 0804382-87.2019.8.15.0181

Referência: Ação Sumária de Cobrança (DPVAT)

Requerente: Isaías Clementino Barbosa

Trata-se de Ação Sumária de Cobrança (DPVAT) proposta pelo menor púbere Isaías Clementino Barbosa, representado por seus genitores, visando o pagamento referente a indenização por invalidez total do seguro DPVAT.

Dessume-se dos autos, que o menor sofreu acidente de trânsito em 18/05/2017, quando contava com 13 anos de idade, o qual lhe causou invalidez permanente, requerendo a condenação da promovida ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).



Após o prosseguimento regular do feito com apresentação de Contestação pela promovida, foi designada audiência de conciliação, ocasião em que não houve acordo entre as partes.

Impugnação apresentada pelo autor.

Vale ressaltar que após realização de perícia médica, apenas a parte autora se manifestou acerca do laudo pericial.

Sentença exarada no ID: 44004971, fls.1/3, julgando procedente, em parte, o pedido requerido na inicial, condenando a promovida a pagar à parte autora a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

A parte promovida atravessou embargos de declaração pela omissão da ausência do Ministério Público, alegando ainda equívoco no cálculo da correção monetária, requerendo, ainda, que a parte autora seja intimada para sanear vício contido na procuração.

Devidamente intimada, a parte autora apresentou procuração assinada pelos representantes e pelo menor, que já conta com mais de 16 anos de idade, ID:46176066, fls.1.

É o brevíssimo relato. Opina-se.

Atuando como parte, não se pode falar em ausência do Ministério Público no processo. Já na qualidade de fiscal da ordem jurídica, caso o Ministério Público não seja intimado a intervir, poderá ser considerado nulo o processo.

Registre-se que o processo poderá ser considerado nulo, mas nem sempre isso ocorrerá, pois mesmo na hipótese de não ocorrer intimação do órgão do Ministério Público para intervir nas causas especificadas no art. 178 do CPC, a nulidade só poderá ser decretada depois que o Ministério Público for efetivamente intimado e se manifestar sobre a existência ou inexistência de prejuízo (art. 279, § 2º).



Vejamos o entendimento jurisprudencial:

“[...] a jurisprudência desta corte já assentou entendimento no sentido de que a ausência de intimação do Ministério Público, por si só, não enseja a decretação de nulidade do julgado, a não ser que se demonstre o efetivo prejuízo para as partes ou para a apuração da verdade substancial da controvérsia jurídica, à luz do *princípio pas de nullités sans grief*. Até mesmo nas hipóteses em que a intervenção do Parquet é obrigatória, como no presente caso em que envolve interesse de incapaz, seria necessária a demonstração de prejuízo deste para que se reconheça a nulidade processual’ (Trecho de acórdão proferido no REsp 818.978/ES, de relatoria do Min. Mauro Campbell, j. 09.08.2011).

Embora a lei prescreva expressamente que a nulidade por falta de intimação do Ministério Público só será declarada se a decisão tiver sido contrária aos interesses pelos quais ele e chamado a intervir, não se anula processo onde foi o incapaz vitorioso, por falta de intimação do Ministério Público. Verificado, a posteriori, que o Ministério Público não foi intimado, este o será para dizer se houve ou não prejuízo, sendo respeitado o parecer respectivo (art. 279, § 2º).

In casu, apesar da sentença embargada ter julgado a pretensão autoral parcialmente procedente, entende o Parquet que não houve prejuízo ao menor, diante da quantia em que foi a promovida condenada a pagar, qual seja, R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), portanto, abarcando quase que integralmente o pedido autoral (94,5%).

Diante do exposto, não havendo prejuízo ao interesse do menor, **opina** este Órgão ministerial, através de sua representante, pelo normal prosseguimento do feito.



Guarabira, data e assinatura eletrônicas.

ANDRÉA BEZERRA PEQUENO DE ALUSTAU

4ª Promotora de Justiça



Vistos, etc.

Conforme determinado no ID n. 44686584, conceda-se vista dos autos ao MP, em especial, para pronunciamento acerca de eventual prejuízo decorrente da não intimação do Parquet para acompanhamento da demanda (CPC, art. 279, § 2º). Prazo de 5 (cinco) dias.

Após, conclusos para sentença.

Cumpra-se.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

JUIZ(A) DE DIREITO



CERTIDÃO

Certifico que por meio do presente expediente intimo a parte embargada para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar sobre os embargos de declaração.

Guarabira, 27 de julho de 2021

MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO



Manifestação no ID retro.



MM. JUÍZ!

1. A parte autora anexa, como determinado por Vossa Excelência, **instrumento procuratório assinado pelo autor e seus genitores.**

2. É como **se manifesta perante Vossa Excelência**, respeitosamente
!





CLÁUDIO CUNHA
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO AD JUDICIA e CONTRATO DE HONORÁRIOS

OUTORGANTE(S)

ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA, brasileiro, estudante, solteiro, residente e domiciliado no Sítio Carrasco, zona rural de Guarabira, CEP 58200-000, portador do CPF n.º 152.463.594-41, neste ato assistido por seus genitores, SEVERINO CASCIANO BARBOSA e JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA, brasileiro(a), casados entre si, agricultor e funcionária pública, residentes e domiciliado(a) no Sítio Carrasco, zona rural de Guarabira, CEP 58200-000, portadores do CPF n.º 789.050.944-72 e 035.869.084-66.

OUTORGADO(S)

CLÁUDIO GALDINO DA CUNHA, brasileiro, casado, Advogado, OAB/PB n.º 10.751, CPF 645095404-34, com escritórios na Praça João Pessoa, n.º 20, centro, Guarabira, PB, CEP 58200-000, e na rua Professor Álvaro de Carvalho, n.º 100, bairro Tambauzinho, Edf. Garcia Lorca, apto. 303, João Pessoa, PB, CEP 58042-010, e-mail: claudiogcunha@hotmail.com, fones: 83 98814-8830 e 99305-6960; e MARCOS EDSON DE AQUINO, brasileiro, casado, Advogado, OAB/PB n.º 15.222, CPF 047.772.374-86, com escritório na Praça João Pessoa, n.º 20, centro, Guarabira, PB, CEP 58200-000, fones: 83 98814-8830, 99305-6960 e 99825-5475.

PODERES

Pelo presente instrumento particular o(s) outorgante(s) constitui(em) e nomeia(m) seu(s) bastante(s) Procurador(es) o(s) outorgado(s), ao(s) qual(uais) confere(m) amplos poderes, inclusive os expressos no artigo 105, do CPC, para representá-lo(a)(s) em qualquer JUÍZO, INSTÂNCIA, TRIBUNAL ou ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL, JUDICIAL OU EXTRAJUDICIALMENTE, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(a)(s) nas contrárias, acompanhando umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais, firmar compromissos ou acordos, assinar declaração de hipossuficiência econômica, interpor recursos, propor execução, embargos, agravos e demais remédios jurídicos, inclusive Mandado de Segurança, e mais os especiais de reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar o direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e substabelecer, com ou sem reservas de poderes.

CONTRATO DE HONORÁRIOS

Independentemente dos honorários de sucumbência, o(a) contratante pagará aos contratados o percentual de 30% (TRINTA POR CENTO) sobre todo o proveito econômico auferido, incluindo multas judiciais, inclusive em caso de acordo judicial ou extrajudicial, valendo o presente como título executivo, nos termos do art. 24, caput e § 4º, da Lei Federal 8.906, de 04 de julho de 1994 – Estatuto do Advogado, devendo os honorários serem retidos pelo Juiz da Execução ou o que homologar possível acordo, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 22, do já referido diploma especial.

Guarabira/PB, 22 de julho de 2021.

Outorgante(s):

Josefa Maria Clementino Terceira
Severino Casciano Barbosa
Isaias Clementino Barbosa



Vistos, etc.

Concedo o prazo de 5 (cinco) dias requerido no ID n. 46126306.

Intime-se.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

JUIZ(A) DE DIREITO



MM. JUIZ!

1. A parte autora requer a **dilação do prazo, por 5 (cinco) dias**, para cumprir a diligência determinada por Vossa Excelência.

2. É como requer perante Vossa Excelência, respeitosamente



Ciência da Sentença de ID 44004971.



Vistos, etc.

Considerando que o autor, atualmente, é maior de 16 (dezesseis) anos (menor púbere), intime-se o advogado que subscreveu a inicial para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar procuração outorgada pelo demandante. O instrumento procuratório deve estar assinado pelo demandante e por seus genitores (na condição de assistentes).

Após, intime-se a parte embargada para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar sobre os embargos de declaração.

Após, conceda-se vista dos autos ao MP para pronunciamento, em especial, acerca de eventual prejuízo decorrente da não intimação do Parquet para acompanhamento da demanda (CPC, art. 279, § 2º).

Cumpra-se.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

KÁTIA DANIELA DE ARAUJO

JUÍZA DE DIREITO EM EXERCÍCIO CUMULATIVO





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Número do Processo: 0804382-87.2019.8.15.0181
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Seguro]
Polo ativo: REPRESENTANTE: SEVERINO CASCIANO BARBOSA, JOSEFA MARIA
CLEMENTINO TERCEIRA AUTOR: I. C. B.
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que os Embargos de Declaração foram apresentados no prazo legal.

GUARABIRA, 14 de junho de 2021
MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO . VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo n.º 08043828720198150181

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

DA AUSENCIA DE INTERVENCAO DO MP

Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável *decisum*.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito, a Embargante informa que nos casos em que há interesses de incapazes sendo discutido em determinada demanda, deve ser intimado o Ministério Público, órgão fiscalizador da Lei, para que se pronuncie sobre a necessidade de sua intervenção.

Cumprir informar, no caso dos autos, o autor é menor, e figura como autor na presente demanda, figurando como representante, seus genitores, contudo, em que pese tenha haja o pedido de intimação do MP na peça de bloqueio, não se observa menção a este respeito na sentença prolatada.

Urge ressaltar, a necessidade da prática deste ato, de intimação do MP, não por uma faculdade, mas um comando imposto pelo Código de Processo Civil, que traz inclusive, quando ausente tal intimação, uma possibilidade do reconhecimento de uma nulidade.

Ante o exposto e da patente necessidade de intimação do Ministério Público para fins de atender ao disposto nos artigos 178, II c/c 279 do CPC, requer seja verificada a omissão informada e a consequente intimação do Parquet para acompanhar o feito.



DOS CONSECTARIOS LEGAIS

Sem adentrar ao mérito da sentença, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

Por todo o exposto, julgo procedente, em parte, o pedido requerido na inicial e, em consequência, condeno a promovida a pagar à parte autora a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), com correção monetária pelo IPCA-E, a contar da data do sinistro (Lei n. 6.194/74, art. 5.º, § 1.º), e juros moratórios pela taxa Selic, desde a citação, na forma do art. 406 do CC ("EXECUÇÃO DE SENTENÇA. TAXA DE JUROS. NOVO CÓDIGO CIVIL. VIOLAÇÃO À COISA

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decum.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Verifica-se que o I. Magistrado condenou a Seguradora ao pagamento da indenização, ocorre que ao explicar os consectários legais V. Exa. determinou o termo inicial para a correção monetária a data do sinistro e os juros pela taxa SELIC desde a citação porém foi omissa em relação ao marco final da correção monetária.

Ocorre que a taxa SELIC é completa, ou seja, já possui juros e correção embutidos.

ASSIM ENTENDE A EMBARGANTE QUE O CÁLCULO CORRETO DEVERIA SER: SOBRE O VALOR CONDENATÓRIO INCIDIRÁ CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE O EVENTO DANOSO ATÉ A CITAÇÃO, PELO IPCA-E, MOMENTO A PARTIR DO QUAL PASSARÁ A INCIDIR JUNTAMENTE COM OS JUROS DE MORA, APLICANDO-SE UNICAMENTE A TAXA SELIC.

Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada, devendo-se esclarecer como devera realizado o cálculo.

DA IRREGULARIDADE DA PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS

Verifica-se que o instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC, haja vista a irregularidade na representação processual, pois a parte autora é menor e está sendo representada, contudo a procuração não possui o nome do menor, bem como não menciona a representação. Vejamos:



PROCURAÇÃO AD JUDICIA e CONTRATO DE HONORÁRIOS

OUTORGANTE(S)

SEVERINO CASCIANO BARBOSA e JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA, brasileiro(a), casados entre si, agricultor e funcionária pública, respeitosamente, residentes e domiciliado(a) no Sítio Carrasco, zona rural de Guarabira, CEP 58200-000, portadores do CPF n.º 789.050.944-72 e 035.869.084-66, fone 99949-2659.

OUTORGADO(S)

CLÁUDIO GALDINO DA CUNHA, brasileiro, casado, Advogado, OAB/PB n.º 10.751, CPF 645.095.404-34, e **MARCOS EDSON DE AQUINO**, brasileiro, casado, Advogado, OAB/PB n.º 15.222, CPF 047.772.374-86, ambos com escritório na Praça João Pessoa, n.º 20, centro, Guarabira, PB, CEP 58200-000, fones: 83 98814-8830, 99305-6960 e 99825-5475, e-mail: claudiogcunha@hotmail.com.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração válida não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório.

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, qual seja o marco inicial para a contagem dos juros de mora, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 9 de junho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 11/06/2021 16:24:34
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21061116243383900000042223108>
Número do documento: 21061116243383900000042223108

Segue sentença.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL
4.ª VARA DA COMARCA DE GUARABIRA

S E N T E N Ç A

Proc. n. 0804382-87.2019.8.15.0181

Promovente: Isaías Clementino Barbosa

Promovido(a): Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

COBRANÇA. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. COMPROVAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA PRETENSÃO DA PARTE AUTORA.

Vistos, etc.

Trata-se de **Ação de Cobrança** ajuizada por **Isaías Clementino Barbosa**, menor representado por seus genitores, todos qualificados nos autos, contra a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, também identificada no encarte processual, aduzindo, em síntese, que sofreu acidente de trânsito, o qual lhe causou invalidez permanente; ao final, requer a condenação da promovida ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Juntou documentos.

A demandada apresentou contestação, ocasião em que pugnou pela improcedência da pretensão do autor.

Designada audiência de conciliação, não houve acordo entre as partes.

O autor apresentou impugnação.

Realizada perícia médica, apenas a parte autora se pronunciou acerca do laudo pericial.

É o que importa relatar. Decido.

De início, **rejeito** a preliminar de falta de interesse de agir em face de suposta ausência de requerimento administrativo do seguro, pois o autor comprovou que protocolou, em agência dos Correios, requerimento de concessão do seguro DPVAT (ID n. 27265052). Ademais,



o próprio promovido juntou cópia do procedimento administrativo no ID n. 34040980.

Rejeito, ainda, a preliminar de falta de interesse processual em face da ausência de documentação referente ao DAMS, pois esta se confunde com o mérito da demanda.

O presente feito comporta julgamento antecipado (NCPC, art. 355, I), pois as provas acostadas aos autos já são suficientes para o julgamento da causa, sendo desnecessária, portanto, maior dilação probatória.

Registro que a documentação anexado aos autos demonstra a existência de nexo de causalidade.

Inferre-se do encarte processual que a parte promovente, devido a acidente de trânsito, sofreu invalidez permanente parcial incompleta com prejuízos funcionais de repercussão **média**, devido à lesão no **membro inferior direito**, conforme comprova o laudo ID n. 40728847.

Nesse contexto, a parte autora tem direito à indenização oriunda do seguro DPVAT, no percentual discriminado na tabela abaixo (cf. Tabela Anexa à Lei n. 6.194/74), calculado sobre o valor máximo previsto em referida norma, combinado, ainda, com a redução proporcional à sua perda de mobilidade **média**, conforme prescreve o art. 3.º, § 1.º, II da Lei n. 6.194/74.

LESÃO	PERCENTUAL SOBRE O VALOR MÁXIMO INDENIZÁVEL (R\$ 13.500,00) (cf. Tabela Anexa à Lei n. 6.194/74)	VALOR INDENIZÁVEL (em relação à perda anatômica/funcional)	REDUÇÃO PROPORCIONAL EM RAZÃO DA REPERCUSSÃO (Lei n. 6.194/74, art. 3.º, § 1.º, II)	VALOR CALCULADO APÓS A REDUÇÃO PROPORCIONAL
Membro inferior	70%	R\$ 9.450,00	50% / Média	R\$ 4.725,00
TOTAL				R\$ 4,725,00

Assim sendo, o(a) promovente faz jus ao recebimento de indenização no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

De outro lado, diante da ausência de vício formal e, ainda, em face do princípio da proporcionalidade, é constitucional a norma que fixou o valor da indenização no caso de invalidez permanente parcial incompleta (Lei n. 6.194/74, art. 3.º, § 1.º, II). Nesse sentido, Súmula n. 474/STJ.

Por fim, entendo que não tem pertinência o pedido de condenação da parte promovida ao ressarcimento das despesas de assistência médica e suplementares (DAMS), pois a parte demandante não apresentou a documentação necessária para comprovar as alegadas despesas.

Por todo o exposto, julgo procedente, em parte, o pedido requerido na inicial e, em consequência, condeno a promovida a pagar à parte autora a quantia de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), com correção monetária pelo IPCA-E, a contar da data do sinistro (Lei n. 6.194/74, art. 5.º, § 1.º), e juros moratórios pela taxa Selic, desde a citação, na forma do art. 406 do CC ("EXECUÇÃO DE SENTENÇA. TAXA DE JUROS. NOVO CÓDIGO CIVIL. VIOLAÇÃO À COISA



*JULGADA. INEXISTÊNCIA. ART. 406 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. TAXA SELIC. 1. Não há violação à coisa julgada e à norma do art. 406 do novo Código Civil, quando o título judicial exequendo, exarado em momento anterior ao CC/2002, fixa os juros de mora em 0,5% ao mês e, na execução do julgado, determina-se a incidência de juros previstos nos termos da lei nova. 2. **Atualmente, a taxa dos juros moratórios a que se refere o referido dispositivo [art. 406 do CC/2002] é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, por ser ela a que incide como juros moratórios dos tributos federais (arts. 13 da Lei 9.065/95, 84 da Lei 8.981/95, 39, § 4º, da Lei 9.250/95, 61, § 3º, da Lei 9.430/96 e 30 da Lei 10.522/02)' (REsp 727.842, DJ de 20/11/08)" (REsp 1.102.552/CE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, sujeito ao regime do art. 543-C do CPC, pendente de publicação). Todavia, não houve recurso da parte interessada para prevalecer tal entendimento. 3. Recurso Especial não provido. (REsp 1111119/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/06/2010, DJe 02/09/2010)".***

A parte autora decaiu de parte mínima de sua pretensão. Portanto, condeno o promovido ao pagamento das custas processuais, além de honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) do valor atualizado da condenação.

Publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.

Havendo recurso, intime-se a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões; Caso seja interposta apelação adesiva, intime-se o recorrente para se pronunciar em quinze dias (§ 2º, art. 1.010 CPC/2015); Após, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Após o trânsito em julgado e mantida a sentença, intime-se a parte autora para requerer a execução do julgado no prazo de 10 (dez) dias. Em caso de inércia, arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

JUIZ(A) DE DIREITO



MM(a). Juiz(a)!

As partes autoras, **SEVERINO CASCIANO BARBOSA E OUTROS**, vem, por seu advogado, abaixo identificado, em atendimento ao vosso r. despacho de expediente ID 41412303, **INFORMAR** que **nada tem a opor** ao **Laudo Pericial** de ID 40728847.

Guarabira/PB, *data e assinatura eletrônicas.*





Poder Judiciário da Paraíba
4ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Número do Processo: 0804382-87.2019.8.15.0181
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Seguro]
Polo ativo: REPRESENTANTE: SEVERINO CASCIANO BARBOSA, JOSEFA MARIA
CLEMENTINO TERCEIRA AUTOR: I. C. B.
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que encaminhei o alvará retro ao Banco do Brasil através do e-mail do cartório.

GUARABIRA, 6 de abril de 2021
MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE GUARABIRA**

Juízo do(a) 4ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejuiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

**ALVARA JUDICIAL Nº 168 /2021
PROCESSO Nº 0804382-87.2019.8.15.0181**

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) KATIA DANIELA DE ARAÚJO, Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Mista de Guarabira, no uso de suas atribuições legais, conforme despacho/sentença de Id [39427597](#), proferido nos autos do processo acima referenciado, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL, pelo presente alvará, a PAGAR ao(à) Sr(a). [JANIO DANTAS GUALBERTO - CPF: 691.234.894-72](#), a quantia de **R\$ 200,00 (Duzentos reais)**, acrescida de juros e correção monetária, que se encontra depositada nessa instituição financeira, referente a guia que segue abaixo, a título de honorários periciais, mediante **crédito na conta bancária** a seguir identificada:

NUMERO E NOME DO BANCO: BANCO DO BRASIL

NUMERO DA AGÊNCIA: 1885-6

NÚMERO DA CONTA: 15005-3

CONTA JUDICIAL N. 800124538628

Colar aqui a imagem (print) do depósito judicial a ser resgatado.

Deve a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor, dispensada a apresentação de via impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, devendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio "<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que se encontra no rodapé deste documento (código de barras). O QUE CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de GUARABIRA-PB, e emitido em 6 de abril de 2021. O presente documento foi redigido pelo(a) servidor(a) MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO e assinado eletronicamente pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito abaixo discriminado(a).

KATIA DANIELA DE ARAÚJO
Juiz(a) de Direito

1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no campo "Órgão/Vara", deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará;



Assinado eletronicamente por: KATIA DANIELA DE ARAUJO - 06/04/2021 10:52:42

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21040610524267600000039406597>

Número do documento: 21040610524267600000039406597

2- O presente alvará somente será válido se enviado através do e-mail institucional oficial da unidade judiciária, conforme relação disponibilizada ao Banco do Brasil, em observância aos termos do Ato da Presidência nº 38/2019.



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		23/03/2021	200	800124538628
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
22/03/2021	2747632	0804382-87.2019.815.0181	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
GUARABIRA	4 VARA CIVEL/CRIMIN.	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	Jurídica	09248608000104		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE	TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ		
JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA	Física	03586908466		
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
E4D1F6D12981573F				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo n.º 08043828720198150181

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Juntada.

GUARABIRA, 25 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimo a parte promovida para cumprimento do despacho ID. [39427597](#), item 6.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
4ª Vara Mista de Guarabira

PROCESSO Nº 0804382-87.2019.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Seguro]

REPRESENTANTE: SEVERINO CASCIANO BARBOSA, JOSEFA MARIA CLEMENTINO
TERCEIRAAUTOR: I. C. B.
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

4ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 17 de março de 2021.

MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO

Chefe de Cartório




EXCELENTÍSSIMO SR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DA
COMARCA DE GUARABIRA – PB

Jânio Dantas Gualberto, médico ortopedista, CRM 4382, CPF
691234894-72, indicado como perito por este juízo, vem a presença
de Vossa Excelência informar os dados bancários para a transferência
dos valores do depósito judicial, a título de honorários periciais:

Banco do Brasil - Agência 1885-6, Conta 15005-3

João Pessoa/PB, 16 de setembro de 2020



Jânio Dantas Gualberto



Dr. Jânio Dantas Gualberto
Ortopedia e Traumatologia
CRM-4382 TEOT 6514
033004382





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
4ª Vara Mista de Guarabira

PROCESSO Nº 0804382-87.2019.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Seguro]

REPRESENTANTE: SEVERINO CASCIANO BARBOSA, JOSEFA MARIA CLEMENTINO
TERCEIRAAUTOR: I. C. B.
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo (LAUDO PERICIAL).

4ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 16 de março de 2021.

MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO

Chefe de Cartório



MÃE: JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA

**AVALIAÇÃO MÉDICA
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/8/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: João Clementino Barbosa
CPF: 152.463.894-41
Endereço completo: Sítio Carrasco S/Nº - Zona Rural -
Guarabira - PB

Informações do acidente

Local: SÍTIO CARRASCO GUARABIRA
Data do Acidente: 18/05/2017

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na _____ Vara Cível ou JEC da Comarca de _____ - (_____), estando ciente que a referida prova médico-legal será anexada aos autos, para fins de prova documental, nos termos do artigos 397 e 427 do CPC.

Josefa Maria Clementino Terceira
Assinatura da vítima
(MÃE)

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

MEMBRO INFERIOR DIREITO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

SIM

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

LIMITAÇÃO DE ADM DO M.I.D + CLAUDICAÇÃO

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total
(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
b) ☒ Parcial
(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 8.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

- 1ª Lesão Membro inf. D. R. ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa
2ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa
3ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa
4ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

G. F. Silva 16/03/2021

Assinatura do médico - CRM

Dr. João Dantas Gualberto
Ortopedia e Traumatologia
CRM-4382 TEOT 6514
033004382



Ciência da Decisão de ID 39427597.



CERTIDAO

Certifico, que me dirigi ao respectivo endereço do mandado, por várias vezes, ali sendo, **INTIMEI** a parte **SEVERINO CASCIANO BARBOSA**, para os termos do despacho transcrito, a(o) qual após ouvir a leitura do mandado, exarou seu ciente e aceitou cópias que lhes ofereci. número para contato **(83) 99949-2659** Assim sendo, devolvo o presente mandado ao cartório competente, para seus devidos fins.

O referido é verdade e dou fé.

Guarabira, 22 de Fevereiro de 2021

João Dantas Ribeiro Filho

Oficial de Justiça

Mat. 127.288.8





4ª Vara Mista de Guarabira
Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000
GUARABIRA
()

Nº do processo: 0804382-87.2019.8.15.0181
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro]

Autor: Nome: SEVERINO CASCIANO BARBOSA
Endereço: SÍTIO CARRASCO, S/N, ZONA RURAL, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000
Nome: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA
Endereço: SÍTIO CARRASCO, S/N, ZONA RURAL, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000
Nome: JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA
Endereço: SÍTIO CARRASCO, S/N, ZONA RURAL, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ -
CEP: 20031-205

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Mista de Guarabira manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este

Nome: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA representado por SEVERINO CASCIANO BARBOSA
Endereço: SÍTIO CARRASCO, S/N, ZONA RURAL, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

para comparecer na **CLINOR**, localizada na Av. Getúlio Vargas, 126, centro – João Pessoa/PB, próximo a Lagoa, para a realização de PERÍCIA designada para o dia 16/03/2021, às 08:50h, devendo apresentar o presente mandado e todos os documentos necessários para a realização do referido ato.

GUARABIRA, em 18 de fevereiro de 2021.

De ordem, MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO
Mat.

Severino Casciano Barbosa

18/02/2021 08:55





Assinado eletronicamente por: **MAURICEIA FELIX DE FARIAS**
BRONZEADO

18/02/2021 07:29:11

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **39597070**



21021807291165600000037732984

imprimir



Assinado eletronicamente por: JOAO DANTAS RIBEIRO FILHO - 22/02/2021 15:29:44

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21022215294462200000037882027>

Número do documento: 21022215294462200000037882027

18/02/2021 08:55

4ª Vara Mista de Guarabira
Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000
GUARABIRA
()

Nº do processo: 0804382-87.2019.8.15.0181
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro]

Autor: Nome: SEVERINO CASCIANO BARBOSA
Endereço: SÍTIO CARRASCO, S/N, ZONA RURAL, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000
Nome: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA
Endereço: SÍTIO CARRASCO, S/N, ZONA RURAL, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000
Nome: JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA
Endereço: SÍTIO CARRASCO, S/N, ZONA RURAL, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ -
CEP: 20031-205

MANDADO DE INTIMAÇÃO
(AUTOR)

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Mista de Guarabira manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este

Nome: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA representado por SEVERINO CASCIANO BARBOSA
Endereço: SÍTIO CARRASCO, S/N, ZONA RURAL, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

para comparecer na **CLINOR**, localizada na Av. Getúlio Vargas, 126, centro – João Pessoa/PB, próximo a Lagoa, para a realização de PERÍCIA **designada para o dia 16/03/2021, às 08:50h**, devendo apresentar o presente mandado e todos os documentos necessários para a realização do referido ato.

GUARABIRA, em 18 de fevereiro de 2021.

De ordem, MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO
Mat.



0804382-87.2019.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Seguro]

CERTIDÃO

Certifico, em cumprimento ao despacho contido no ID [39427597](#), que fica nomeado o Dr. Jânio Dantas Gualberto, CRM 4382, médico perito, CPF: 691.234.894-72, para realização da perícia deferida nos autos. Certifico ainda, que entrei em contato telefônico com referido perito, tendo ficado **designado o dia 16/03/2021, às 08:50h, na CLINOR**, localizada na Av. Getúlio Vargas, 126, centro – João Pessoa/PB, próximo a Lagoa. Certifico, ainda, que faço juntada do currículo do mesmo. Por ser expressão de verdade, dou fé.

18 de fevereiro de 2021



<https://www.escavador.com>[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com)[Diários Oficiais \(https://www.es](https://www.es)

PESSOA FÍSICA

Jânio Dantas Gualberto

MONITORAR NOME



Mestre em Ciências da Saúde pela FCMSCSP Santa Casa de São Paulo Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba (1994). Residência médica em Ortopedia e Traumatologia no HBDF (DF), Título de Especialista pelo SBOT. Atualmente é professor da UFCG em Cajazeiras, professor da FSM em Cajazeiras -PB- prof da Faculdades de Enfermagem e Medicina Nova Esperança (FAMENE), Preceptor da residência médica de ortopedia e traumatologia do Hospital Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, diretor -, Foi presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOT - Regional PB (2011). Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Ortopedia. Mestrado em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Área de atuação em ortopedia clínica e cirúrgica Osteoporose e doenças osteometabólicas Especialista em Tratamento com Ondas de choque.

Informações coletadas do Lattes em 23/06/2020



O Escavador não cria, edita ou altera o conteúdo exibido. Todo o processo de coleta de dados cujo resultado culmina nas informações a seguir é realizado automaticamente, através de fontes públicas pela Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011). Portanto, o Escavador não substitui as fontes originárias da informação, não garante a veracidade dos dados nem que eles estejam atualizados. O sistema pode mesclar homônimos (pessoas do mesmo nome). Confira nosso [Aviso Legal \(https://www.escavador.com/legal\)](https://www.escavador.com/legal).



Acadêmico

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

1/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 1

Mestrado em Ciências da Saúde**Monitoramentos** [.\(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com)**Diários Oficiais** [.\(https://www.es](https://www.es)**Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**[.\(https://www.escavador.com/sobre/24539043/faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo\)](https://www.escavador.com/sobre/24539043/faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo)

Título: Fascite Plantar um Estudo comparativo entre o tratamento com ondas de choque focal e radial e fisioterapia., Ano de Obtenção: 2017

Orientador: Patricia Fucs

Especialização - Residência médica

1996 - 1999

Fundação Hospitalar do Distrito Federal[.\(https://www.escavador.com/sobre/24547007/fundacao-hospitalar-do-distrito-federal\)](https://www.escavador.com/sobre/24547007/fundacao-hospitalar-do-distrito-federal)

Residência médica em: Número do registro: . Grande área: Ciências da Saúde

Graduação em Medicina

1988 - 1994

Universidade Federal da Paraíba[.\(https://www.escavador.com/sobre/24538254/universidade-federal-da-paraiba\)](https://www.escavador.com/sobre/24538254/universidade-federal-da-paraiba)**FORMAÇÃO COMPLEMENTAR****2013 - 2013**

Trauma Ortopédico. (Carga horária: 3h). , Traumatologia e Ortopedia da Paraíba, TOP, Brasil.

2011 - 2011

AOTrauma Course MIO. (Carga horária: 26h). , AOTRAUMA LATIN AMERICA, AOTRAUMA, Brasil.

2009 - 2009

AO Advances of Fracture Treatment Course. (Carga horária: 33h). , Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, SBOT, Brasil.

2008 - 2008

Prática médico-cirúrgicas. , Faculdades de Enfermagem Nova Esperança, FACENE, Brasil.

[ww.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto](http://www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto)

2/16

Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 2

Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 2

Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 2

2008 - 2008

Atualização em Emergência Ortopédica. (Carga horária: 12h). , Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, SBOT, Brasil.

Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>)

2008 - 2008

AO Principles of Fracture Treatment Course. (Carga horária: 33h). , Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, SBOT, Brasil.

2007 - 2007

Curso Básico de Cooperativismo Médico.. (Carga horária: 8h). , UNIMED JP - PB, UNIMED, Brasil.

2006 - 2006

10 Curso Avançado da Prótese Exeter. (Carga horária: 20h). , Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, FCMSCSP, Brasil.

2004 - 2004

Curso Técnico e Prático de Artroplastia Total da Q.. (Carga horária: 20h). , Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil.

2003 - 2003

Curso de ATLS. de Alunos. (Carga horária: 20h). , Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

2000 - 2000

Curso de Artroscopia de Joelho e Ombro Módulo Avan. (Carga horária: 8h). , Sociedade brasileira de Cirurgia de Joelho, SBCJ, Brasil.

1998 - 1998

XII Curso de Ética Médica do CRM DF.. (Carga horária: 16h). , Hospital de Base Distrito Federal, HBDF, Brasil.

1998 - 1998

I Curso de Artroscopia de Ombro da UTO do HBDF. (Carga horária: 20h). , Hospital de Base Distrito Federal, HBDF, Brasil.

1997 - 1997

Curso Anual de Ortopedia e Traumatologia Regional. (Carga horária: 36h). , Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, SBOT, Brasil.

1996 - 1996

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

3/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 3

IV Curso de Prevenção e Controle de Infecção Hospi. (Carga horária: 40h). , Hospital
de Base da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.   

1991 - 1993 [Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com) [Diários Oficiais \(https://www.escavador.com\)](https://www.escavador.com)

Curso Prático de Medicina Interna. (Carga horária: 36h). , Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

1993 - 1993

II Curso Prático de Medicina Interna. (Carga horária: 36h). , Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

IDIOMAS



Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

ÁREAS DE ATUAÇÃO



Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: Clínica Médica/Especialidade: Ortopedia.

Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: Cirurgia/Especialidade: Cirurgia Traumatológica.

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

4/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 4

Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: Cirurgia/Especialidade: Cirurgia Ortopédica



(<https://www.escavador.com>)



[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com) [Diários Oficiais \(https://www.escavador.com/diarios\)](https://www.escavador.com/diarios)

GUALBERTO, J. D. . I Simpósio Paraibano de cirurgia do quadril. 2010. (Congresso).

GUALBERTO, J. D. . XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. 2008. (Congresso).

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS



CBOT. 2018. (Congresso).

CONGRESSO BRASILEIRO DE ONDAS DE CHOQUE. MESa Redonda Moderna sobre Fascite Plantar:Como eu trato!. 2018. (Congresso).

CONGRESSO BRASILEIRO DE TRAUMA ORTOPEDICO. 2015. (Congresso).

46 CBOT&SICOT. 2014. (Congresso).

1º WORKSHOP DE TRAUMA ORTOPÉDICO. 2013. (Outra).

45 CBOT. 2013. (Congresso).

XV Congresso Brasileiro de Quadril. 2013. (Congresso).

XV Congresso Norte Nordeste de Ortopedia e Traumatologia. 2012. (Congresso).

XVIII Congresso Brasileiro de Trauma Ortopédico. 2012. (Congresso).

35º Congresso Brasileiro de Pediatria. Relato de Caso: Fratura do Côndilo Lateral. 2011. (Congresso).

XVII Congresso Brasileiro de Trauma Ortopédiaco. 2011. (Congresso).

XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Escorregamento Epifisário Proximal do Fêmur: Relato de Caso e Revisão de Literatura. 2011. (Congresso).

XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Tratamento de Fratura Cominutiva do Rádio com Utilização de Placa Bloqueada com Ângulo Fixo: Relato de Caso. 2011. (Congresso).

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

5/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 5






Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 5

XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Traumatismo Complexo do Membro Superior Direito Tratado por Ponte Extra-anatômica: Relato de Caso. 2011. (Congresso).
  

Monitoramentos (<https://monitoramentos-escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>)
XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Traumatismo Complexo do Membro Superior Direito Tratado por Ponte Extra-anatômica: Relato de Caso. 2011. (Congresso).
ressonancia magnetica: Relato de Caso. 2011. (Congresso).

XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Relato de Caso: Complicação Cirúrgica de Fratura Exposta da Perna. 2011. (Congresso).

XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Traumatismo Complexo do Membro Superior Direito Tratado por Ponte Extra-anatômica: Relato de Caso. 2011. (Congresso).

42 CBOT - Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. 2010. (Congresso).

I Simpósio Paraibano de Cirurgia do Quadril.MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA. 2010. (Simpósio).

I Simpósio Paraibano de Cirurgia do Quadril.Avaliação radiológica do Quadril, Atualização em TEP/TVP e Manejo pré e pós operatório em paciente ortopédico. 2010. (Simpósio).

41 CBOT, Congresso Brasileiro de ortopedia e traumatologia. 2009. (Congresso).

40 Congresso brasileiro de ortopedia e traumatologia. 2008. (Congresso).

40 Congresso brasileiro de ortopedia e traumatologia (DIA DA ESPECIALIDADE DE QUADRIL). 2008. (Congresso).

40 Congresso brasileiro de ortopedia e traumatologia (DIA DA ESPECIALIDADE ORTOPÉDICA PEDIÁTRICA). 2008. (Congresso).

40 Congresso brasileiro de ortopedia e traumatologia (DIA DA ESPECIALIDADE TRAUMA ORTOPÉDICO). 2008. (Congresso).

XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. 2008. (Congresso).

XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. Lombalgias e Lombacitalgias. 2008. (Congresso).

XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. Fratura Epifisárias na criança. 2008. (Congresso).

XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. 2008. (Congresso).

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

6/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 6

XIII Congresso norte-nordeste de Ortopedia e Traumatologia. Artroscopia do
Quadril. 2007. (Congresso).



(<https://www.escavador.com>).



Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>)

XII Congresso Brasileiro de Quadril. 2007. (Congresso).

XIX Jornada Norte Nordeste de Reumatologia. 2007. (Simpósio).

XXXVIII Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. 2007. (Congresso).

XXXXIX Congresso Brasileiro de Ortopedia e traumatologia. 2007. (Congresso).

Workshop Enxerto Impactado e ATQ Cimentado. 2006. (Simpósio).

Congresso Instituto de Ortopedia e Traumatologia HCFMUSP. 2005. (Congresso).

Dia da Especialidade de ortopedia pediátrica. 2005. (Encontro).

Jornada Itinerante de Patologia do Joelho da SBCJ. 2005. (Seminário).

Mesa Redonda Moderna Trauma II do XXXVII CBOT. 2005. (Encontro).

Sessão de Temas de Atualização no XXXVII CBOT.. 2005. (Encontro).

XI Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. 2005. (Congresso).

XXXVIII Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. 2005. (Congresso).

Jornada dos ex-presidentes de ortopedia e traumatologia do HBDF. 2004.
(Simpósio).

Congresso SBOT. Fixador Externo. 2003. (Congresso).

Jornada Ortopédica Oncológica. 2003. (Simpósio).

XXXV Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. 2003. (Congresso).

II Congresso norte-nordeste de ombro e cotovelo. 2002. (Congresso).

I Congresso de ortopedia e Traumatologia do centro oeste do Brasil. 2001.
(Congresso).

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

7/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 7



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 7

Workshop de Ressonância Magnética no sistema músculo esquelético. 2001.



(<https://www.escavador.com>).



Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>)

II Congresso norte-nordeste de trauma da SBOT. 1999. (Congresso).

Dia da Especialidade de ortopedia e traumatologia. 1998. (Encontro).

I Congresso norte-nordeste de traumatologia. 1997. (Congresso).

I Encontro de Traumatologia e Fisio. 1997. (Encontro).

Seminário Internacional de Ortopedia Pediátrica. 1997. (Seminário).

Simpósio Sobre Infecção Osteoarticular. 1997. (Simpósio).

Workshop SYNTHES A.O.. 1997. (Simpósio).

PARTICIPAÇÃO EM BANCAS



Aluno: Artur Diógenes Freitas e Denyse Louro Leite

(<https://www.escavador.com/sobre/376820835/artur-diogenes-freitas-e-denyse-louro-leite>).

GUALBERTO, J. D.. Novas perspectivas no tratamento da doença de Alzheimer: uma revisão integrativa. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) - Universidade Federal de Campina Grande.

Aluno: ANDRÉ CRISTIANO DA COSTA LIMA HANDERSON RAPHAEL FERNANDES VA (<https://www.escavador.com/sobre/376820836/andre-cristiano-da-costa-lima-handerson-rafael-fernandes-va>)

GUALBERTO, J. D.. PÉ TORTO CONGÊNITO IDIOPÁTICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) - Universidade Federal de Campina Grande.

Aluno: Samuel Verter e Thiago Rodrigues

(<https://www.escavador.com/sobre/376820837/samuel-verter-e-thiago-rodrigues>)

GUALBERTO, J. D.. MANEJO CLÍNICO DA LOMBALGIA AGUDA: UMA REVISÃO DE CONSENSOS E GUIDELINES CLÍNICOS.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) - Universidade Federal de Campina Grande.

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

8/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 8



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 8

GUALBERTO, J. D.. Carreira de Magistério Superior, Professor Auxiliar. 2010.



Universidade Estadual de Campinas Grande
(<https://www.escavador.com>).



Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) ; Diários Oficiais (<https://www.es>)
Hospital Emergencia e Trauma Senador Humberto Lucena.

COMISSÃO JULGADORA DAS BANCAS



Antonio Carlos da Costa (<https://www.escavador.com/sobre/6444729/antonio-carlos-da-costa>)

COSTA, Antonio Carlos da. Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial, focal e com fisioterapia: estudo clínico controlado. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Robert Meves (<https://www.escavador.com/sobre/1184080/robert-meves>)

ROBERT MEVES. Membro Suplente do Exame de qualificação de Jânio Dantas Gualberto. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

André Pedrinelli (<https://www.escavador.com/sobre/4439879/andre-pedrinelli>)

PEDRINELLI, A.. Janio Dantas Gualberto - Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial, focal e com fisioterapia: Estudo clínico controlado. 2017. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação - Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

Giancarlo Cavalli Polesello (<https://www.escavador.com/sobre/1184087/giancarlo-cavalli-polesello>)

SEVERINO, N. R.; COSTA, A. C.; POLESSELLO, G. C.; MEVES, R.. Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial, focal e com fisioterapia: estudo clínico controlado. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

FLAVIO FALOPPA (<https://www.escavador.com/sobre/5766941/flavio-faloppa>)

FALOPPA, F.; MERCADANTE, M. T.; PEDRINELLI, A.; FUCS, P. M. M. B.; IKEMOTO, R. Y.. Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial, focal e com fisioterapia: estudo clínico controlado. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

ROBERTO YUKIO IKEMOTO (<https://www.escavador.com/sobre/2027931/roberto-yukio-ikemoto>)

MERCADANTE, M. T.; PEDRINELLI, A.; FALOPPA, F.; FUCS, P. M. M. B.; IKEMOTO, R. Y.. Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial, focal e com fisioterapia:

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

9/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 9



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 9

estudo clínico controlado. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. <https://www.escavador.com>

[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com) [Diários Oficiais \(https://www.escavador.com\)](https://www.escavador.com)

ORIENTOU

[André Cristiano da Costa Lima \(https://www.escavador.com/sobre/7612187/andre-cristiano-da-costa-lima\)](https://www.escavador.com/sobre/7612187/andre-cristiano-da-costa-lima)

Pe Torto Congenito Idiopático: Uma revisão da literatura; 2014; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Medicina) - Universidade Federal de Campina Grande; Orientador: Jânio Dantas Gualberto;

PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

LEAO, G. S. S. ; BISPO JUNIOR, R. Z. ; GUALBERTO, J. D. . Bursite do Olécrano. In: Gustavo Sampaio de Souza Leão; Rosalvo Zósimo de Bispo Júnior. (Org.). Bursite do Olécrano. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: REVINTER, 2013, v. único, p. 281-284.

BISPO JUNIOR, R. Z. ; RAVA, C. A. S. ; GUALBERTO, J. D. ; MELLO JUNIOR, C. F. . Síndrome Anserina. In: Rosalvo Zósimo Bispo Júnior; Carlos Augusto Silva Rava; Jânio Dantas Gualberto; Carlos Fernando de Mello Júnior. (Org.). Síndrome Anserina. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: REVINTER, 2013, v. único, p. 318-320.

GUALBERTO, J. D. . Pés Planos (Pé chato). Jornal correio da Paraíba, p. 01 - 01.

GUALBERTO, J. D. . Tratamento conservador das fraturas da diáfise úmero com tala branquial alta. In: XIX Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1998, Brasília. Revista de saúde do DF, 1998. v. 09. p. 82-82.

GUALBERTO, J. D. . Fratura Supracondiliana do úmero e crianças - estudo retrospectivo. In: XVLL Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 49-49.

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

10/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 10



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 10

[_ \(https://www.escavador.com\)](https://www.escavador.com)

GUALBERTO, J. D. . Fratura de acetábulo tratados no HBDF. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1997, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 82-82.

1996. v. 33. p. 82-82.

GUALBERTO, J. D. . Luxação do quadril: importância do diagnóstico precoce. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 83-83.

GUALBERTO, J. D. . Luxação do quadril: importância do diagnóstico precoce. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 76-77.

GUALBERTO, J. D. . Estudo prospectivo das osteomielites hematogênicas agudas. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1997, Brasília. Revista de saúde do DF, 1997. v. 08. p. 73-73.

GUALBERTO, J. D. . Talectomia: Via de acesso de cincinatti-relato de caso. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1997, Brasília. Revista de saúde do DF, 1997. v. 08. p. 17-17.

GUALBERTO, J. D. . Agenesia de íliaco-relato de caso. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1997, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 84-84.

GUALBERTO, J. D. . Fratura em cisto ósseo unicameral - relato de 2 casos. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 82-82.

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

11/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 11



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 11



GUALBERTO, J. D. . Luxação traumática do joelho: abordagem clínica; cirúrgica e reabilitação. In: XVLL Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 82-82.

GUALBERTO, J. D. . Reconstrução Intra-articular do ligamento cruzado anterior (LCA). In: XVLL Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 49-49.

GUALBERTO, J. D. . Fratura em osteogênese imperfeito - relato em 2 casos. In: XVLL Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 81-82.

GUALBERTO, J. D. . Tratamento da Fascite plantar com Ondas de choque focal,radial e fisioterapia:Estudo clínico controlado.. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Mesa Redonda Moderna sobre Fascite Plantar:Como eu trato!. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

GUALBERTO, J. D. . SÍNDROME COMPARTIMENTAL: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO. 2017. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

GUALBERTO, J. D. . Traumatismo Complexo do Membro Superior Direito Tratado por Ponte Extra-anatômica: Relato de Caso. 2011. (Apresentação de

ww.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

12/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 12



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 12



Trabalho/Congresso).

[.\(https://www.escavador.com\)](https://www.escavador.com)[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com) [Diários Oficiais \(https://www.escavador.com/diarios\)](https://www.escavador.com/diarios)

GUALBERTO, J. D. . Tratamento de Fratura Cominutiva do Rádio com Utilização de Placa Bloqueada com Ângulo Fixo: Relato de Caso. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Fratura oculta do platô tibial identificada por ressonância magnética: Relato de Caso. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Relato de Caso: Complicação Cirúrgica de Fratura Exposta da Perna. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Escorregamento Epifisário Proximal do Fêmur: Relato de Caso e Revisão de Literatura. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Relato de Caso: Fratura do Côndilo Lateral. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Fraturas de Quadril. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).

GUALBERTO, J. D. . Prática médico-cirúrgica. 2008 (Cicuito) .

Projetos de pesquisa



2015 - Atual

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

13/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 13



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 13

FASCÍTE PLANTAR:ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRATAMENTO POR
ONDA ACÚSTICA DE ALTA PRESSÃO E FOCAL. Situação: Em andamento; Natureza:
Pesquisa. , Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (3) ., Integrantes: Jânio
Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>)
Integrante / vinicius guerra - integrante.

PRÊMIOS

2003

Potencial Instrutor do ATLS., COL AMERICANO CIRURGIÕES.

1999

Título de especialista em traumatologia e Ortopedia, Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

1999

Especialista em Ortopedia e Traumatologia, Conselho Federal de Medicina.

Histórico profissional

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2010 - Atual

Universidade Federal de Campina Grande

(<https://www.escavador.com/sobre/24539594/universidade-federal-de-campina-grande>)

Vínculo: Empregado, Enquadramento Funcional: Professor

2008 - Atual

Faculdades de Enfermagem Nova Esperança

(<https://www.escavador.com/sobre/24769304/faculdades-de-enfermagem-nova-esperanca>)

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 20

2008 - Atual

Cooperativa da Ortopedia e Traumatologia

(<https://www.escavador.com/sobre/26970633/cooperativa-da-ortopedia-e-traumatologia>)

ww.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

14/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 14



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 14

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: MEDICO, Carga horária: 6



(<https://www.escavador.com>)



2000 - Atual

[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com), [Diários Oficiais \(https://www.escavador.com/diarios\)](https://www.escavador.com/diarios)

<https://www.escavador.com/sobre/26970634/hospital-emergencia-e-trauma-senador-humberto-lucena>

Vínculo: Médico Plantonista, Enquadramento Funcional: Plantão, Carga horária: 12

1999 - Atual

[Clínica de Ortopedia e traumatologia e Reabilitação](https://www.escavador.com/sobre/26617237/clinica-de-ortopedia-e-traumatologia-e-reabilitacao)

<https://www.escavador.com/sobre/26617237/clinica-de-ortopedia-e-traumatologia-e-reabilitacao>

Vínculo: Sócio, Enquadramento Funcional: Diretor, Carga horária: 36

1995 - 1996

[Hospital Geral de Recife \(https://www.escavador.com/sobre/24622422/hospital-geral-de-recife\)](https://www.escavador.com/sobre/24622422/hospital-geral-de-recife)

Vínculo: Médico Exército, Enquadramento Funcional: Oficial Médico 2 TENENTE

2015 - Atual

[Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo](https://www.escavador.com/sobre/24539043/faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo)

<https://www.escavador.com/sobre/24539043/faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo>

Vínculo: MESTRANDO, Enquadramento Funcional: MESTRANDO

Outras informações:

MESTRANDO NA ÁREA DE CIENCIAS DA SAÚDE

2016 - Atual

[Faculdade Santa Maria de Cajazeiras](https://www.escavador.com/sobre/24592766/faculdade-santa-maria-de-cajazeiras)

<https://www.escavador.com/sobre/24592766/faculdade-santa-maria-de-cajazeiras>

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: professor, Carga horária: 10

[Preços \(https://www.escavador.com/precos\)](https://www.escavador.com/precos) [API \(https://www.escavador.com/api/painel\)](https://www.escavador.com/api/painel)

[Ajuda \(https://ajuda.escavador.com\)](https://ajuda.escavador.com)

www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

15/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 15



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 15

29/07/2020

Jânio Dantas Gualberto | Escavador



[Termos \(https://www.escavador.com/termos-de-uso\)](https://www.escavador.com/termos-de-uso)

[Privacidade \(https://www.escavador.com/politica-de-privacidade\)](https://www.escavador.com/politica-de-privacidade)



[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com) [Diários Oficiais \(https://www.escavador.com/diarios-oficiais\)](https://www.escavador.com/diarios-oficiais)

[Contato \(https://www.escavador.com/fale-conosco\)](https://www.escavador.com/fale-conosco)



[L \(https://itunes.apple.com/br/app/escavador-monitoramentos/id1206044185\)](https://itunes.apple.com/br/app/escavador-monitoramentos/id1206044185)



[L \(https://play.google.com/store/apps/details?id=com.escavador.escavador\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.escavador.escavador)



© Copyright 2020. Todos os direitos reservados.

ww.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto

16/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: KAMILA BATISTA DA ROCHA - 31/07/2020 09:08:52
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20073109085239400000031429011>
Número do documento: 20073109085239400000031429011

Num. 32822176 - Pág. 16



Assinado eletronicamente por: MAURICEIA FELIX DE FARIAS BRONZEADO - 18/02/2021 07:20:41
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21021807204121200000037732466>
Número do documento: 21021807204121200000037732466

Num. 39596648 - Pág. 16

Vistos, etc.

1. Defiro o pedido de produção de prova pericial. Portanto, à escrivania para nomear médico perito, o qual exercerá o encargo independentemente de termo de compromisso, devendo o perito responder a seguinte quesitação: **a)** A parte autora está acometida de invalidez permanente devido a acidente de trânsito?; **b)** Em sendo afirmativa a resposta, a invalidez permanente é total ou parcial?; **c)** Em caso de invalidez permanente parcial, esta é completa ou incompleta? **d)** Restando constatada a invalidez permanente parcial incompleta, a perda anatômica ou funcional foi de repercussão intensa, média, leve, ou residual (Lei n. 6.194/74, art. 3º, § 1º, II).

2. Designe-se data e horário para realização da prova pericial mencionada acima.

3. Intime-se o perito para o cumprimento do disposto no art. 465, § 2º, II e III, do NCPC.

4. Intimem-se as partes e seus procuradores sobre a data e o local de realização da perícia; bem como, para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, indiquem assistentes técnicos (informando telefone e e-mail para contato do respectivo assistente técnico) e formulem quesitos.

5. O laudo pericial deverá ser entregue em cartório no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da perícia.

6. Em face do item “1.3” da cláusula primeira do Convênio n. 15/2014, firmado entre o TJ/PB e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, intime-se a promovida para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o depósito judicial no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a título de honorários periciais.

7. Apresentado o laudo, providencie a liberação dos honorários periciais e intimem-se as partes para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, se manifestem sobre o resultado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

8. Cumpra-se.

9. Dil. Nec.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO

JUIZ DE DIREITO



Manifestação no ID retro.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
4ª VARA DA COMARCA DE GUARABIRA, ESTADO DA
PARAÍBA.**

SEVERINO CASCIANO BARBOSA E OUTROS, já suficientemente qualificados nos autos em referência, vem, tempestiva e respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seu Advogado, em acato ao vosso r. despacho, oferecer IMPUGNAÇÃO, argumentando o que segue.

1. As preliminares suscitadas devem ser rejeitadas em razão da **ausência de consistência jurídica e/ou de fundamento legal.**

2. No mérito, o(s) promovido(s) não trouxe(ram) aos autos qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do(a) autor(a). **A contestação faz apenas alegações genéricas, sem apontar especificamente as questões processuais e fáticas do caso em tela. Trata-se de uma peça-modelo, que não adentra aos aspectos intrínsecos do pedido.**



3. O(A) promovente, por seu turno, provou os fatos constitutivos do seu direito.

5. Ex positis, REQUER a procedência da ação, nos termos da exordial.

N. TERMOS

P. DEFERIMENTO

Guarabira, 11 de fevereiro de 2021.

Cláudio G. Cunha

OAB/PB 10751



Intime-se a parte autora, através do(a) seu(a) advogado(a) para impugnar a contestação, no prazo legal.





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0804382-87.2019.8.15.0181

DESPACHO

Vistos, etc.

À impugnação, no prazo legal.

GUARABIRA, 2 de dezembro de 2020.

Juiz(a) de Direito



AR.





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

DATA DE POSTAGEM

04 SET 2020

UNIDADE DE ENTREGA

GUARABIRA

CARIMBO

UNIDADE DE ENTREGA



DESTINATÁRIO

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT
End: RUA SENADOR DANTAS, 74, 5º ANDAR

Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO UF RJ
CEP: 20.031-205

JU 98733210 5 BR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Nome: CEJUSC
End: RUA SOLON DE LUCENA 55
FORUM DE GUARABIRA
Bairro: CENTRO
Cidade: GUARABIRA UF PB
CEP: 58.200-000

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª
2ª
3ª

SEGURADORA LIDER
04 SET 2020
FELIX CONSTANT
02.355-9 Dantas

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO)
0803993-05.2019; 0804373-28.2019; 0800443-65.2020; 0804382-
87.2019; 0804371-28.2019.

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO
1 Mudou-se
2 Endereço insuficiente
3 Não existe o número
4 Desconhecido
5 Outros
6 Recusado
7 Não procurado
8 Ausente
9 Falecido

ASSINATURA E MATRÍCULA DO
RECEBEDOR

8960 8160 SA
Shirleandro Jr

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

ASSINATURA LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DOC. DE IDENTIDADE

(ÁREA DE COLA NO VERSO)

(ÁREA DE COLA NO VERSO)



Poder Judiciário da Paraíba



Cejusc I - Cível - Guarabira - FPL/UEPB

()

TERMO DE AUDIÊNCIA EM ANEXO

Processo: 0804382-87.2019.8.15.0181

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Data e hora de realização: 2020-10-09 12:31:23.527

REPRESENTANTE: SEVERINO CASCIANO BARBOSA, JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRAAUTOR: I. C. B.

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477



Assinado eletronicamente por: JESIEL RODRIGUES DA ROCHA - 09/10/2020 12:32:47

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100912324694400000033747197>

Número do documento: 20100912324694400000033747197



Núcleo de Conciliação do TJPB



Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba



Centro Judiciário de Solução de
Conflitos e Cidadania
Região de Guarabira

**ATA DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL
AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA
PLATAFORMA CISCO WEBEX**

DATA/HORA 09/10/2020 - 11:30H

PROCESSO Nº 0804382-87.2019.8.15.0181

CEJUSC01 DE GUARABIRA/PB

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª VARA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM

JUIZ(A) DE DIREITO: ANDRESSA TORQUATO SILVA

MEDIADOR(A): JESIEL RODRIGUES DA ROCHA

CONCILIADORA EM FORMAÇÃO: RAVENA MARIA SOUZA FERREIRA - CPF: 066.127.914-62

CONCILIADORA EM FORMAÇÃO: LENIZA DOS SANTOS BARROS MATOS – CPF 160.967.462-68

PARTES PRESENTES

REQUERENTE: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA (MENOR)

REP. LEGAL: SEVERINO CASCIANO BARBOSA

REP. LEGAL: JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA

ADVOGADO(A): CLÁUDIO GALDINO DA CUNHA – OAB/PB 10.751

]REQUERIDO(A): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

PREPOSTO(A): ANDRÉ LUIZ F. VASCONCELOS SOBRINHO – CPF 062.303.134-56

ADVOGADO(A): SUÉLIO MOREIRA TORRES – OAB/PB 15.477

PARTES AUSENTES

XXXX

Aberta a audiência, constatou-se a presença do advogado da parte autora, representando seu constituinte, cuja procuração tem poderes para tanto, sem objeção da parte promovida. A presença da parte promovida, representada pelo(a) prepostos(a), acompanhado de advogado(a). Feita a Declaração de Abertura, atendendo aos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada, nos termos do art. 166, do CPC/2015. **Pelo(a) Conciliador(a) foi dito:** Realizada a conciliação nos moldes legais, as partes NÃO realizaram acordo. **Já consta contestação da parte promovida (ID 34040963).** **Orientado(a) pelo(a) magistrado(a), pelo(a) conciliador(a) foi dito:** Devolva-se os autos ao cartório de origem, para os devidos fins. Aguarde-se o prazo. **A(s) parte(s) presente(s) realizou(aram) a leitura e ratifica(m) os termos da presente Ata. Ficam dispensadas as assinaturas dos demais participantes, em razão da audiência ter sido realizada de forma virtual. Sendo realizada a gravação o vídeo ficará arquivado neste Cejusc.** Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a Conciliação/Mediação.

Mediador/Conciliador Judicial

Assinatura eletrônica

<http://lattes.cnpq.br/5218478709860133>

Sua opinião é muito importante para nós. Pesquisa de satisfação no link:

<https://conciliar.tjpb.jus.br/pesquisa-de-satisfacao/>

@cejuscguarabira

OBSERVAÇÃO

O prazo para a contestação é de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando a parte não comparecer ou, comparecendo, não houver acordo (Art. 335, inciso I e II, do CPC/2015). **Atenção.** Quando o pertinente ao caso, a incidência do prazo em dobro, nos moldes dos art. 180, 183, 186, 229, do CPC/2015. A ausência de contestação implicará revelia, nos termos do Art. 334, com ressalva ao Art. 345, ambos do CPC/2015, tudo os autos da ação em epígrafe.



Assinado eletronicamente por: JESIEL RODRIGUES DA ROCHA - 09/10/2020 12:32:48

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100912324767500000033747209>

Número do documento: 20100912324767500000033747209

CARTA DE PREPOSIÇÃO EM ANEXO




CARTA DE PREPOSIÇÃO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como **PREPOSTO (A)** André Luiz F. Vasconcelos Sobrinho, brasileiro (a), portador (a) do CPF nº 062.303.134-56, podendo o mesmo responder nesta qualidade a todos os termos do Processo nº 0804382-87.2019.8.15.0181 que tramita no (a) 2ª VC de Guarabira-PB.

João Pessoa-PB, 01 de janeiro de 2020.

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A


Suelio Moreira Torres
OAB/PB 15.477



DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO JUNTADOS NA CONTESTAÇÃO



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO - CJUS DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo: 08043828720198150181

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA** representado por **SEVERINO CASCIANO BARBOSA E OUTRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **05/09/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **05/09/2017**.

Diferente do que tentar fazer crer a parte autora, não há nos autos qualquer documento conclusivo para atestar com veemência o nexa causal do sinistro noticiado com a alegada invalidez.



Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento REFERENTE AO PEDIDO DE DAMS, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro. I

INFORMA AINDA A SEGURADORA RÉ, QUE NÃO HOUVE NENHUM PROCESSO ADMINISTRATIVO, REFERENTE AO DE INVALIDEZ.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA

DA PROCURAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS

Verifica-se que o instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC, haja vista a irregularidade na representação processual, pois a parte autora é menor e está sendo representada, contudo a procuração não possui o nome do menor, bem como não menciona a representação.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração válida não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora para sanar o vício contido no instrumento procuratório, sob pena de indeferimento da inicial.

DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração ou substabelecimento outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO. RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado, sob pena de indeferimento da petição inicial.

DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR

AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO REFERENTE AO PEDIDO DE INVALIDEZ

Ab initio, cumpre esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicante.

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Vejamos o entendimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

“APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. PRELIMINAR REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ACOLHIDA.

AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR. RECURSO PROVIDO.

- A ausência do prévio requerimento administrativo, requerendo a cobertura securitária do DPVAT, configura

ausência de interesse de agir, a ausência de prévio requerimento administrativo.

- Extinção do feito sem resolução do mérito, art. 485, IV, do CPC.

- Em razão do reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, cumpre esclarecer que a exigibilidade do

montante relativo aos honorários advocatícios fica suspensa (art. 98, § 3º, do CPC/2015).

- Recurso de apelação provido.

(Apelação 507283-70007826-52.2012.8.17.0990, Rel. Itabira de Brito Filho, 3ª Câmara Cível, julgado em 19/07/2018, DJE 21/08/2018)”

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça³.

Cumpre salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir⁴.

³SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3ª Turma. AgRg no REsp 936574/SP. Julgamento: 02/08/2011. “AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.”



Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios**⁵. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL REFERENTE AO PEDIDO DE DAMS

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o *INTERESSE PROCESSUAL*.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao

⁴SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário. RE 631.240/MG. Julgamento: 10/11/2014. “*RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR.*”

⁵<https://www.dpvatsegurodotransito.com.br/pontos-de-atendimento-autorizados.aspx>



princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.



DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL O BOLETIM DE OCORRÊNCIA, HAJA VISTA QUE A NARRATIVA DOS FATOS, NÃO FOI EXPOSTA DE FORMA CLARA, BASTANTE GENÉRICA E CONFUSA!

Perceba ainda Exa., que há divergências quanto a data do alegado acidente e o documento médico acostado aos autos sob fls., Num. 27265062 - Pág. 1, visto que este, informou que a vítima foi atendimento em 31/03/2017, ou seja, totalmente divergente com a data do acidente informada na inicial.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

- DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE -

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**⁶.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo⁷.

⁶SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. AFIRMAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A INVALIDEZ E O ACIDENTE. AUSÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO. Constatada pericialmente a ausência de nexo de causalidade entre o acidente narrado e a incapacidade apresentada, impossível se apresenta o reconhecimento do direito ao recebimento de qualquer valor a título de seguro DPVAT. (TJ-SP - APL: 90000717820118260577 SP 9000071-78.2011.8.26.0577, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 03/03/2015, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/03/2015)

⁷APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que as respectivas notas fiscais de medicamentos estão desacompanhadas de receituário médico, não havendo como afirmar que os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.

Desta forma, **não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional**⁸.

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"

É notório que os documentos acostados aos autos pelo Recorrido não demonstram os gastos alegados pelo mesmo e acolhidos como verdadeiros pelo Nobre Magistrado.

PERCEBA EXA., QUE O SUPOSTO DOCUMENTO QUE COMPROVA A SUPOSTA DESPESA MÉDICA, ENCONTRA-SE TOTALMENTE ILEGÍVEL, INDECIFRÁVEL E IMPRESTÁVEL, E MAIS, NÃO ESTÁ ACOMPANHADA DE UM DOCUMENTO MÉDICO PRESCRICIONAL.

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas com medicamentos⁹, face à ausência de prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)

⁸"ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...]. **Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequência do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extrema de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente...**" (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do NCPC.

DO TETO INDENIZATÓRIO – DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES – DAMS

Cumpra esclarecer que a Lei nº 6.194/74, regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT, expressamente estabelece que o pagamento da indenização securitária se condiciona que as despesas de assistência médica e suplementares a serem reembolsadas pelas Seguradoras estejam “devidamente comprovadas” pelas vítimas de acidentes.

Como se observa da citada alínea "c" do art. 3º da Lei n. 6.194/74, a Lei prevê apenas o teto máximo para pagamento da indenização, mas não fixa valores a serem ressarcidos.

Regulamentando a matéria, fora editada a Medida Provisória 340/06 com posterior conversão na Lei 11.482/07, a qual estabeleceu o valor do teto indenizatório para DAMS até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Desta forma, interpretando segundo regra comezinha de hermenêutica onde aduz que “*A lei não contém frase ou palavra inútil, supérflua ou sem efeito*” conclui-se que a expressão “até” delimita o valor da indenização neste teto, não havendo possibilidade de estendê-lo.

DA UTILIZAÇÃO DA TABELA REFERENCIAL

Outro aspecto não menos importante, o artigo 7, § 2º, da referida Lei determina que o CNSP “estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do Consórcio”.

Em sentido mais amplo, o artigo 12 da mesma Lei prevê que “o Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei”.

Resta clara, portanto, a intenção do legislador em dar competência ao CNSP para regulamentar as formas de pagamentos das indenizações cobertas pelo seguro obrigatório constituído. De outro lado, não há conflito entre a Resolução questionada e a Lei n. 6.194/74, que apenas efetua o tabelamento dos preços dos serviços prestados como referência para as indenizações.

Assim, a utilização da tabela referencial de procedimentos e custos médico-hospitalares, divulgada pelo Convênio DPVAT, não foi estipulada pelas Seguradoras como um “limite de cobertura” inferior ao estabelecido através de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme comumente é propalado.

A aludida tabela representa tão somente uma parametrização das despesas a que estão sujeitas as vítimas de acidentes, efetuada com vistas à uniformização dos custos médico-hospitalares e ao atendimento dos

⁹“AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS (DAMS). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E DE PARTE DAS DESPESAS APRESENTADAS. Referiu o autor ter suportado despesas médicas superiores a R\$ 2.700,00 em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 19-08-2012, razão pela qual pretende o reembolso a título de DPVAT-DAMS. O recorrente postulou o acréscimo de valores à indenização conferida aos gastos com a realização de terapia psicológica. Ausente o nexo de causalidade entre o sinistro e a despesa com o tratamento psicológico a que o autor foi submetido, pela ausência de prescrição específica nos autos, decorrentes exclusivamente do acidente, não há fundamento para a procedência do pedido feito pelo autor a este título.” SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004895686, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 13/08/2014)



critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a aferição e cálculo do valor da indenização.

Ressalte-se que no âmbito de seguro de saúde privado, a utilização das tabelas de preços para os serviços é comum a averbação de valores que excedam os do mercado, evitando-se o superfaturamento dos serviços.

Seguindo tais lineamentos, não se vislumbra motivação para deixar de observar as normas disciplinadoras expedidas pelo citado Órgão para o pagamento buscado na presente ação de cobrança.

Sendo assim, considerando a ausência de documentos nos autos que guardem relação com as hipóteses supracitadas, requer a improcedência do pedido, fundamentado no artigo 487, I do CPC.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹⁰.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda¹¹.

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

¹⁰“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

¹¹“COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r. sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)



DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral¹².

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima¹³.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação¹⁴.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação¹⁵

¹²RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

¹³**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

¹⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”



Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Por fim, ressalta a necessidade da intervenção do Ministério Público nos casos de interesse de incapazes, sob pena de nulidade processual, conforme artigo 178, II c/c art. 279 do Código de Processo Civil.

¹⁵ art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 4 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, inscrito na 15477/PB, com escritório na Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020 www.joaobarbosaadvass.com.br, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA**, em curso perante a - **CJUS** da comarca de **GUARABIRA**, nos autos do Processo nº 08043828720198150181.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



DE FREITAS BARBOSA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelece, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA**, em curso perante a - **CJUS** da comarca de **GUARABIRA**, nos autos do Processo nº 08043828720198150181.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rio de Janeiro, 08 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

Nº Sinistro: 3180013599

Vítima: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

Data do Acidente: 18/05/2017

Cobertura: DAMS

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de reembolso de Despesas de Assistência Médicas e Suplementares - DAMS foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180013599**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de DAMS é de **ATÉ R\$ 2.700,00** e que suas despesas serão analisadas considerando os valores de mercado, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de reembolso é de até **30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01615/01616 - carta_01 - DAMS



Carta nº 12203926



Rio de Janeiro, 08 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: SEVERINO CASCIANO BARBOSA

Nº Sinistro: 3180013599

Vítima: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

Data do Acidente: 18/05/2017

Cobertura: DAMS

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de reembolso de Despesas de Assistência Médicas e Suplementares - DAMS foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180013599**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de DAMS é de **ATÉ R\$ 2.700,00** e que suas despesas serão analisadas considerando os valores de mercado, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de reembolso é de até **30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01617/01618 - carta_01 - DAMS



Carta nº 12204500



Rio de Janeiro, 08 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

Nº Sinistro: 3180013599

Vítima: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

Data do Acidente: 18/05/2017

Cobertura: DAMS

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180013599**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Boletim de ocorrência não conclusivo
- Declaração do Proprietário do Veículo autenticado

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01383/01384 - carta_03 - DAMS



Carta nº 12205641



Rio de Janeiro, 08 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: SEVERINO CASCIANO BARBOSA

Nº Sinistro: 3180013599

Vítima: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

Data do Acidente: 18/05/2017

Cobertura: DAMS

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180013599**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Boletim de ocorrência não conclusivo
- Declaração do Proprietário do Veículo autenticado

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01387/01388 - carta_03 - DAMS



Carta nº 12205956



Rio de Janeiro, 07 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **SEVERINO CASCIANO BARBOSA**

Nº Sinistro: **3180013599**
Vitima: **ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA**
Data do Acidente: **18/05/2017**
Cobertura: **DAMS**

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3180013599**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13066219

Pag. 00287/00288 - carta_16 - DAMS

00010144



Rio de Janeiro, 07 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

Nº Sinistro: 3180013599
Vitima: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA
Data do Acidente: 18/05/2017
Cobertura: DAMS

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3180013599**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13066245

Pag. 00285/00286 - carta_16 - DAMS



00010143



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO

Autorização de pagamento

110

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido pelo titular do seguro ou beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, SEVERINO CASCIANO BARBOSA
PORTADOR(A) DO RG Nº 2558248 EXPEDIDO POR SSP / PB EM 01/12/2017
CPF 0990050977-72 / CNPJ 0000000000-0000-00, PROFISSÃO PROFESSOR
E RENDA MENSAL DE R\$ 1500,00 () NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA ISMAEL CLEMENTE HORTADO AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional;
- Conta Empresarial – nos documentos aparecerem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO 0000 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 0000 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 0000

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 0042 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 003 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 01268-0

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

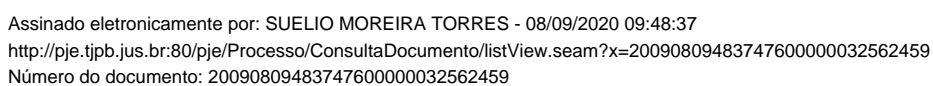
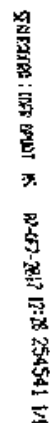
CURACORA 01 de Dezembro de 2017 Severino Casciano Barbosa
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente); indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

089900405



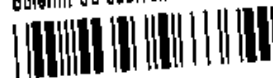




BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 002/2017
Ocorrência nº. 297/2017

Boletim de ocorrência



173

Aos CINCO dias de SETEMBRO de DOIS DEZESSETE, nesta cidade de GUARABIRA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **JOSINALDO FELIX RIBEIRO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 12h:50 min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA, conhecido(a) por ISAIAS, Identidade nº SSP/RJ, CPF , nacionalidade brasileira, estado civil: , profissão: Estudante, filho(a) de Severino Casciano Barbosa e Josefa Maria Clementino Terceira, natural de Guarabira/PB, nascido(a) em 03/02/2005 (12 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Carrasco, Zona Rural, ponto de referência: Próximo Colégio Maria Benervino de Aquino, na cidade de Guarabira/PB, fone(s) para contato: 83 999492659

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) Natureza do fato: Acidente de Trânsito;
- 2) data do fato: 18/05/2017;
- 3) Horário do fato: 09:00;
- 4) Local do fato: Sítio Carrasco, zona Rural- Guarabira/Pb.

5) Breve resumo do fato:

Afirma a noticiante o Sr. Severino Casciano Barbosa, RG 1558248, CPF 789.050.944-72, natural de Guarabira/Pb, nascido em 30/01/1971, filho de João Cassiano Barbosa e Marina Belarmino Viegas, representante legal do menor, Isaias Clementino Barbosa, que o menor vinha como carona na Moto HONDA/XRE 300, ANO/MODELO 2016/2016 E COR BRANCA, PLACA QFW 8326/PB, CHASSI 9C2ND1110GR007413, em nome do condutor WIBIS ALEXANDRE DA SILVA, QUE FORA SOCORRIDO PELO SAMU. Para o Hospital de Traumas na Capital, conforme prontuário 102093 e CID 10, S72.3, tendo como testemunhas, Jailson Fernandes da Silva, residente no Sítio Carrasco e Luciano Marinho de Souza, Rua Luis Oliveira da Silva, 83, Tambiá, João Pessoa/Pb

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

~~Isaias Clementino Barbosa~~ **ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA** **SEVERINO CASCIANO BARBOSA**

Comunicante

Escrevã(o)/Agente
Matrícula nº 137.300-5





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
SECRETARIA DE SAÚDE

Comprovação de ato declaratório



Guarabira, 13 de junho de 2017.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que o paciente ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA, 12 anos, menor de idade, onde o mesmo foi realizado os primeiros socorros pela equipe da USB - 50 do SAMU/GBA onde o mesmo realizaram a TRANSFERENCIA para o Hospital de Emergência e Trauma na cidade de João Pessoa/PB. Paciente foi encontrado no Sítio Carrasco, próximo a Escola Maria Benevides, sendo socorrido através do ID 1700748 autorizado pela médica reguladora Dra. Gimene no dia 18/05/2017, por volta das 09:15hs, onde o mesmo sofreu Biomecânica "QUEDA DE MOTO" apresentando escoriações na face, fratura fechada em MID, edema local + desvio de MID e encurtamento com limitações do movimento MID. Ao chegarmos no local paciente ENCONTRAVA-SE EM POSIÇÃO DORSAL AO SOLO, NÃO FAZIA USO DE EPIs (CAPACETE). Sem sinais de embriaguês. O mesmo foi conduzido pela equipe do SAMU/GBA acompanhado da Enfermeira Gleicyanne Ferreira da Cruz Mornais COREN/PB 145.849 e o Condutor Roniery Agostinho da Silva, onde os profissionais realizaram todos os procedimentos como preconiza o PHTLS, e encaminhado ao referido hospital ora citado anteriormente, onde o mesmo ficou sob os cuidados da Dra. Edinelia Nobrega CRM 3520.

SECRETARIA DE SAÚDE Nº. 000-2017 12:28 25/04/17

Atenciosamente,

Cássia Cilene Silva de Melo
Coordenadora Geral do SAMU

Cássia Cilene Silva de Melo
Coordenadora Geral
Samu - GBA



Num. 34040980 - Pág. 11

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1

1-10-1964
1-11-1964
1-12-1964
2-1-1965
2-2-1965
2-3-1965
2-4-1965
2-5-1965
2-6-1965
2-7-1965
2-8-1965
2-9-1965
2-10-1965
2-11-1965
2-12-1965
3-1-1966
3-2-1966
3-3-1966
3-4-1966
3-5-1966
3-6-1966
3-7-1966
3-8-1966
3-9-1966
3-10-1966
3-11-1966
3-12-1966
4-1-1967
4-2-1967
4-3-1967
4-4-1967
4-5-1967
4-6-1967
4-7-1967
4-8-1967
4-9-1967
4-10-1967
4-11-1967
4-12-1967
5-1-1968
5-2-1968
5-3-1968
5-4-1968
5-5-1968
5-6-1968
5-7-1968
5-8-1968
5-9-1968
5-10-1968
5-11-1968
5-12-1968
6-1-1969
6-2-1969
6-3-1969
6-4-1969
6-5-1969
6-6-1969
6-7-1969
6-8-1969
6-9-1969
6-10-1969
6-11-1969
6-12-1969
7-1-1970
7-2-1970
7-3-1970
7-4-1970
7-5-1970
7-6-1970
7-7-1970
7-8-1970
7-9-1970
7-10-1970
7-11-1970
7-12-1970
8-1-1971
8-2-1971
8-3-1971
8-4-1971
8-5-1971
8-6-1971
8-7-1971
8-8-1971
8-9-1971
8-10-1971
8-11-1971
8-12-1971
9-1-1972
9-2-1972
9-3-1972
9-4-1972
9-5-1972
9-6-1972
9-7-1972
9-8-1972
9-9-1972
9-10-1972
9-11-1972
9-12-1972
10-1-1973
10-2-1973
10-3-1973
10-4-1973
10-5-1973
10-6-1973
10-7-1973
10-8-1973
10-9-1973
10-10-1973
10-11-1973
10-12-1973
11-1-1974
11-2-1974
11-3-1974
11-4-1974
11-5-1974
11-6-1974
11-7-1974
11-8-1974
11-9-1974
11-10-1974
11-11-1974
11-12-1974
12-1-1975
12-2-1975
12-3-1975
12-4-1975
12-5-1975
12-6-1975
12-7-1975
12-8-1975
12-9-1975
12-10-1975
12-11-1975
12-12-1975

[illegible]



Laudo Médico/Resumo de Alta

HEALTH

Nome:	Sra. Clotilde Martins			N de BE:	
Idade:	Sexo:	Clínica:	Enf.:	Leito:	
Data de admissão:	10/05/17	Alta:	25/05/17	Tempo de Permanência:	
Diagnóstico de Internação: Sint. de infecção de ferida					
Diagnóstico Definitivo: 0 mamas					
Diagnóstico Secundário: ---					
Principais exames: Radiografia					
Cirurgia realizada - data e equipe: 23/05/17 - Dr. Anderson - Redução de mama e					
Biópsias: biópsia de mama					
Anatomia patológica:					
Infecção: sim () não (x) Coleta de material: sim () não (x)					
Resultado bacteriológico:					
Condições de alta: Melhorado (x) Removido () A pedido () Curado () Óbito () À Revelia ()					
Resumo Clínico: história, evolução, terapêutica, complicações: Paciente com sint. de infecção de ferida, foi submetida à cir.					
Dieta: oral leve					
Orientações Pós Alta					
Repouso:					
Relativo em casa por _____ dias.					
Retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias.					
Retorno às atividades com esforço físico leve, _____ dias e com maior em _____ dias.					
Cuidados com a ferida operatória: lavá-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Htop.					
Medicações para casa:					
Retorno:					
Ao posto de saúde em _____ para retirada de ponto.					
Ao ambulatório _____ em 30 dias para revisão.					
João Pessoa _____ de _____ de 17					
Ass. Médico/CRM					
Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.					

COMPANHIA SANEAMENTO DE JOÃO PESSOA S.A. - 02-97-3647 1028 254523 1/1

F(NG).APC.002-2



Rede Orto

ODONTISTAS ESPECIALIZADOS

Nome: _____

Endereço: _____

Aspectos Funcionais

Indicar Alteração: _____
 Indicar Ortodontológico: _____
 Indicar Causa: _____

Colapso

Distensão Palatina: _____
 Extra Oral: _____
 Tipo de Alívio: _____

Recompensas Dentárias

Exatidão do Arco Superior: _____
 Exatidão do Arco Inferior: _____

Antecipação

Molar Superior: _____
 Molar Inferior: _____
 Miniparafuso: _____

Aparatologia

1º Aparelho: _____
 2º Aparelho: _____
 3º Aparelho: _____
 4º Aparelho: _____
 5º Aparelho: _____
 6º Aparelho: _____

Sequência de Tratamento:

Objetivos do Tratamento

Tempo Aproximado de Tratamento: _____

Tratamento aqui recebido, todas as informações quanto ao plano e sequência de tratamento estabelecido
 e sua execução, sua execução.
 Ass. paciente (paciente ou responsável) _____ de _____ de 20__





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Isaias Clementino Barbosa
DATA DE NASCIMENTO 03/02/05
NOME DA MÃE Josefa maria Clementino Terceira

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 102093
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1001347
DATA DO ATENDIMENTO 31/03/17
HORA DO ATENDIMENTO 11:45
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S) Fratura de fêmur D.
CID 10 S72.3

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de queda de moto, com queixa de dor em pé direito, edema acentuado em coxa esquerda, glasgow 15. Avaliado pe traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX coxa D, bacia, pé D.

RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: fratura de fêmur D.

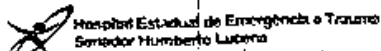
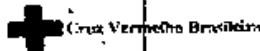
TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura de fêmur direito.

ALTA HOSPITALAR: 25/05/17
DATA DA EMISSÃO: 15/08/17

Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



ACOLHIMENTO: sn - CNES: 123312 - Tel:

Boletim de Atendimento: 1001347



Identificação do paciente					
D	Nome	Sexo			
1171635	ISAAS CLEMENTINO BARBOSA	Masculino			
Data de nascimento	Idade	Estado civil	Religão	Promotor	
05/02/2005	12 anos 3 meses 12 dias				
Mãe	Pai				
JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA	SEVERINO CASCIANO BARBOSA				
Escolaridade	Responsável (Parentesco)				
	JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA - MAE				
DDD Móvel	Fone Móvel	DDD Fixo	Fone Fixo		
83	988880000				
Tipo documento	Número documento	Nº Cns			
		898000077568038			
Local de procedência	Tipo		UF		
GUARABIRA	MUNICÍPIO		PB		
E-mail	Atividade		CBOR		
	GUARABIRA				
Endereço					
CEP	Município de residência	UF	Logradouro		
58200000	GUARABIRA	PB	CARRASCO		
Número	Complemento	Bairro			
SN		ZONA RURAL			
Admissão					
Data e Hora	Número do paciente	Convênio			
18/05/2017 11:45:33	1000004317998	SUS			
Especialidade	Clínica				
PEQUIRIA					
Classificação de risco	Origem do paciente				
	RESIDENCIA				
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento	Detalhe do acidente			
	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	OUTROS			
Indicadores e Transporte					
Caso policial	Plano de saúde	Vale de ambulância		Trauma	
Não	Não	Não		Não	
Meio de transporte	Quem transportou				
CARRO PARTICULAR					
Sinais Vitais					
PA	X	mmHg	Pulso	Temperatura	
Exames complementares					
Raio X	Sangue	Urina	TC	Líquor	ECG
Dados clínicos					
Diagnóstico					
Fratura feim fechada - co					
Perna - pe D - bacio (.)					
CID					
Atendido por					
MAYARA ANA LACERDA					
Tempo					
01min 35seg					

CRONOLOGIA DE ATENDIMENTO Nº 07-07-2017 10:27 254525 1/1

data fechada!
22/05
DE
07/06
FX

Imprimir

18/05/2017 11:44

1 de 1



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/09/2020 09:48:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090809483747600000032562459>

Número do documento: 20090809483747600000032562459

Num. 34040980 - Pág. 16



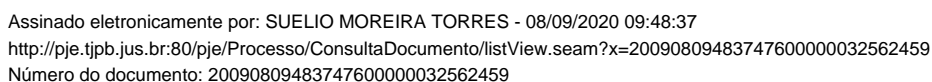
B.E./PRONTUÁN

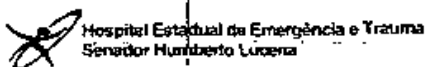
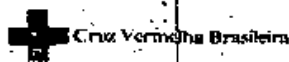
1000004317000 BE.: 1001247
 DT, 000000000000000000000000
 DT, 000000000000000000000000
 DT, 000000000000000000000000

電話: 010-63001000
 傳真: 010-63001001
 地址: 北京市東城區東直門外大街1號
 郵政編碼: 100027
 網址: <http://www.cmaa.org.cn>

NOME DO PACIENTE:		DADOS PESSOAIS	
PROCEDÊNCIA:		IDADE: _____ DATA: _____	
<input type="checkbox"/> Doméstico <input type="checkbox"/> Ambulância de resgate <input type="checkbox"/> Ambulância SAMU		<input type="checkbox"/> Policia	
TIPO DE ACIDENTE:			
<input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Automóvel <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> Atropelamento <input type="checkbox"/> Enforcamento <input type="checkbox"/> Incêndio <input type="checkbox"/> Explosão <input type="checkbox"/> Arma de Fogo <input type="checkbox"/> Arma branca <input type="checkbox"/> Outros: _____			
TIPO DE LESÃO:			
<input type="checkbox"/> Fratura fechada <input type="checkbox"/> Ferimento aberto <input type="checkbox"/> Empenamento <input type="checkbox"/> Laceração <input type="checkbox"/> Queimadura <input type="checkbox"/> Mordedura <input type="checkbox"/> Objeto encaixado <input type="checkbox"/> Ferimento contínuo <input type="checkbox"/> Amputação membro <input type="checkbox"/> Outros: _____			
LOCAL DA LESÃO:			
<input type="checkbox"/> Membros sup. <input type="checkbox"/> Membros inf. <input type="checkbox"/> Tronco <input type="checkbox"/> Cabeça e pescoço <input type="checkbox"/> Outros: _____			
DADOS CLÍNICOS (Sintomas)			
DATA DE INÍCIO DOS SINTOMAS: / /			
EXAME FÍSICO			
PA: _____ mmHg P: _____ bpm SpO ₂ : _____ % Tax: _____			
Sistema Neurológico:			
Nível de Consciência: <input type="checkbox"/> Consciente <input type="checkbox"/> Inconsciente <input type="checkbox"/> Orientado <input type="checkbox"/> Desorientado			
Avaliação das pupilas:			
Simetria: <input type="checkbox"/> Isocóricas Tamanho: <input type="checkbox"/> Midríase <input type="checkbox"/> Anisocoria <input type="checkbox"/> Miase			
Sistema Respiratório:			
<input type="checkbox"/> Ventilação invasiva <input type="checkbox"/> Ventilação espontânea <input type="checkbox"/> Vias aéreas patentes <input type="checkbox"/> Frequência normal <input type="checkbox"/> Respiração rápida <input type="checkbox"/> Obstrução parcial das vias aéreas <input type="checkbox"/> Respiração ruidosa <input type="checkbox"/> Superfície ventilatória não invasiva <input type="checkbox"/> Obstrução total das vias aéreas			
Sistema Circulatorio:			
<input type="checkbox"/> Pulso ausente <input type="checkbox"/> Pele fria e úmida <input type="checkbox"/> Perfusão capilar estável <input type="checkbox"/> Taquicardia <input type="checkbox"/> Bradicardia <input type="checkbox"/> Perfusão tissular comprometida <input type="checkbox"/> Palidez <input type="checkbox"/> Outros: _____			
Sistema Digestório:			
<input type="checkbox"/> HDA <input type="checkbox"/> Uso de SNG <input type="checkbox"/> Vômitos <input type="checkbox"/> Dor à palpação superficial <input type="checkbox"/> HDS <input type="checkbox"/> Corpo estom <input type="checkbox"/> Dor à palpação profunda Outros: _____ <input type="checkbox"/> Rigidez abdôm <input type="checkbox"/> Distensão abdominal			
Sistema Genito-urinário:			
<input type="checkbox"/> Diálise <input type="checkbox"/> Hematúria <input type="checkbox"/> Oligúria <input type="checkbox"/> Poliúria <input type="checkbox"/> BVD <input type="checkbox"/> Outros: _____			
HISTÓRICO CLÍNICO E CIRÚRGICO:			
<input type="checkbox"/> Hipertensão <input type="checkbox"/> Diabetes <input type="checkbox"/> Cloroex <input type="checkbox"/> Alérgica <input type="checkbox"/> Cirurgias <input type="checkbox"/> Imunizada <input type="checkbox"/> Outros: _____ Especifique: _____			
USO DE MEDICAÇÃO?			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Especifique: _____			
HORÁRIO DA ÚLTIMA REFEIÇÃO:			
IMUNIZADO CONTRA O TÉTANO?			
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:			
DESTINO:		INTERVENIR: _____ COREM: _____	
		FUNG: ENF.072	

2017-2018 12:27 254526 17





SN, Sn - PEDRO GONDIM
CNES: 445365 - Tel.:

Paciente ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA	BAE 1001347	Data/Hora Entrada 18/05/2017 11:45:33	Data Baixa
Data de nascimento 06/02/2005	Idade 12	Sexo Masculino	CNS 858000077568038
Mãe JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA	Telefone de Contato (83) 996880000		Prontuário
Endereço CARRASCO, S/N	Bairro ZONA RURAL	Município GUARABIRA	UF PB
Acidente OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional EDNELIA MARIA NOBREGA DISTEFANO	Nº Cons. Regional 3520/PB
Data/Hora Classificação 18/05/2017 11:57:49	Data/Hora Prescrição 18/05/2017 12:09:46		

Anamnese

INJURIA VITIMA DE QUEDA DE DE MOTO HA 3 HS, SEGUNDO O MESMO CAIU SENTADO POR CIMA DA PERNA DIREITA. QUEIXAS DE DORES NO PE D. AO EXAME, CONSCIENTE, ORIENTADO, EUPNEICO, NEGA TRAUMA EM CABEÇA. MEMBRO INF D COM IMOBILIZAÇÃO. OBSERVADO ACENTUADO EDEMA DE COXA. GLASGOW 15.

DIETA

DIETA ZERO, VIA NENHUMA

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE BACIA, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: TRAUMA)

RADIOGRAFIA DE PERNA DIREITA

RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE DIREITO

CID10

Código	Descrição
2.9	Fratura do fêmur, parte não especificada

Conduta

Em observação

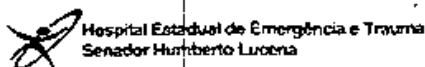
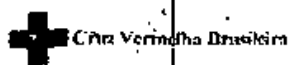
Avaliação de Ortopedia

Ednelia M. Nobrega Distefano
CRM-PB 0520
033.003.820

EDNELIA MARIA NOBREGA DISTEFANO
(3520/PB)

ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA





VERDE, 1 -
CNES: 2778696 - Tel.:

Paciente	ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA	BAE	1001347	Data/Hora Entrada	18/05/2017 11:48:33	Data Saída	
Data do nascimento	08/02/2005	Idade	12	Sexo	Masculino	CNS	898000077568036
Mãe	JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA					Telefone de Contato	(83) 938880000
Endereço	CARRASCO, S/N	Bairro	ZONA RURAL	Município	GUARABIRA	UF	PB
Acidente	OUTROS	Motivo	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional	MATHEUS MARINHO ENOMOTO	Nº Cóns. Regional	16204/PB
Data/Hora Classificação	18/05/2017 11:57:49			Data/Hora Prescrição	18/05/2017 14:24:46		

Anamnese

CIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO A CERCA DE 4 HORAS COM DOR EM COXA D DESDE ENTÃO. NEUROVASCULAR NORMAL.

DIETA

DIETA LIVRE, VIA ORAL

MEDICAÇÃO

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H, 0,0 (MGTSM)

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 1,0 AMPOLA VIA E.V., 6/6H

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H, 0,0 (MGTSM) (OBSERVAÇÕES: S/N)

Diluir

ONDANSETRONA 4MG/2ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 1,0 AMPOLA VIA E.V., 8/8H

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 1X AO DIA, 0,0 (MGTSM) (OBSERVAÇÕES: EM JEJUM)

Diluir

OMEPRAZOL 40 MG (FRASCO-AMPOLA COM DILUENTE), ADMINISTRAR 1,0 FRASCO/AMP VIA E.V., 1X AO DIA

CAPTAPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 1,0 COMPRIMIDO VIA SUBLINGUAL, ACM, SE NECESSÁRIO SE PAD>110MMHG E/OU PAS>160MMHG (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 4,0)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% DE 500 ML, ADMINISTRAR 1500,0 ML VIA E.V., 24H, 0,0 (MGTSM)

ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4ML SERINGA PREENCHIDA, ADMINISTRAR 1,0 SERINGA VIA S.C., 1X AO DIA

GLICOSE 50% (AMPOLA) - SOLUÇÃO, ADMINISTRAR 3,0 AMPOLA VIA E.V., ACM, 0,0 (MGTSM) SE NECESSÁRIO SE HGT<60 (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 3,0)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% DE 100 ML, ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 12/12H, 0,0 (MGTSM)

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 1,0 FRASCO/AMP VIA E.V., 12/12H

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% DE 100 ML, ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 8/8H, 0,0 (MGTSM) (OBSERVAÇÕES: LENTO, SN)

Diluir

TRAMADOL 100MG/2ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 1,0 AMPOLA VIA E.V., 8/8H

Handwritten signature

Handwritten signature and stamp



CURATIVO: (OBSERVAÇÕES: DIÁRIO)

INSULINA REGULAR CONFORME HGT

SSVV + CCGG

COAGULOGRAMA COMPLETO

[illegible]

Código

Descrição

S72.3

Fratura da diáfise do fêmur:

Atender Paciente

MATHIAS MARINHO ENOMOTO
[19204PB]

ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

67-567-2917 12:23 254529 141





EVOLUÇÃO DO PACIENTE



BE/PRONTUÁRIO

Nome do paciente

Inaías Clementino Barbosa

DATA	HORA	DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO
19/05/19	14	#Cintapédia Paciente em uso de drogas cutâneas, relato de dor leve sem outros sintomas. Plano pré-operatório OK. Conduta: Solicito cirurgia. Unidade de Dor Dra. Tássya Emilia F. Rabelo Médica CRM 100457/8
20/05/19	17	# 2ª semana BEG, 1 gema de p. Cd: Aguardo fcl, cirurgia. Humberto Dr. André Lopes Soares Ortopedia e Traumatologia CRM 17001/14-19
21/05/19	17	# 2ª semana BEG, 1 gema de p. Cd: Aguardo fcl, cirurgia. Humberto Dr. André Lopes Soares Ortopedia e Traumatologia CRM 17001/14-19
22/05/19	14	#Cintapédia Paciente em BEG, com relato de dor leve, sem outros sintomas. Solicito cirurgia. Dra. Tássya Emilia F. Rabelo Médica CRM 100457/8

03-07-2017 12:26 256530 1/1

P(NG)ENF.018.1





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: Shirley (Liliane) Soares BE/Prontuário: _____
Idade: _____ Sexo: (☒) Masculino (☐) Feminino Cor: _____ Data: ____/____/____
Clínica/Setor: Ortopedia EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: FX diafragma de fêmur (9)
Cirurgião: M. Silva 1º Assistente: Dr. Souza
2º Assistente: Dr. Vitorino 3º Assistente: Dr. Menezes
Instrumentador: _____ Anestesiista: Dr. Cícero
Tipo de Anestesia: Malu Horário: Início _____ Término _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
1 FX diafragma de fêmur (9)	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
1 LAPE 11 fêmur + fratura de fêmur 95 fêmur (9)	

Acidente durante Ato Cirúrgico: (☐) Sim (☒) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: (☐) Sim (☒) Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

(☒) Enfermaria (☐) Terapia Intensiva (☐) Residência (☐) Óbito durante Ato Cirúrgico.

Médico/CRM: _____

João Pessoa, 23, 05, 11

F(NG).ASCIR.009-1





PACIENTE:	DATA: 23/05/2017		PRONTUÁRIO:	1001344
Joaquim Clementino Barbosa		SEXO:	COR:	IDADE: 12 anos
PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO
ESTADO GERAL (X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO		GRUPO SANGÜINEO		
EXAMES COMPLEMENTARES VNP		RISCO CIRÚRGICO (X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO		
AP. RESPIRATÓRIO Eupneico		AP. CIRCULATÓRIO estável		
AP. DIGESTIVO Normal		ESTADO MENTAL LTB		
PRÉ-ANESTÉSICO		DROGAS EM USO		
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO		ESTADO FÍSICO (ASA)		
CIRURGIA REALIZADA		CIRURGIA		
CIRURGIÃO		AUXILIARES		
INÍCIO DA ANESTESIA 1530		TÉRMINO DA ANESTESIA 1730		
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO		DURAÇÃO DA ANESTESIA		
ANESTESISTA Dr. Gilberto		VALORES RE		
CPF		CRM-PB		

CRM-PB

Paciente acordado e orientado
Passa a ZUPD
PR: 120/70
S.O.
TC: 2

Dr. Cláudio Lima de Oliveira Júnior
ANESTESIOLOGISTA E ESPECIALISTA EM DOR
CRM/PB 6885

Dr. Cleandro Lima de Oliveira Junior
ANEXOS: PSICOLÓGICA E ESPORTE EM DOM
CRM/PB 6885

[illegible]



Receituário Médico



Mrs. Suelio Moreira Torres

Uma substituição

1) Substituição de 15 dias
Captura de água na substituição, 1x dia, por 15 dias

Dr. Jéssica Emilia F. Rabello
CRM 104500

Data: 25/05/19

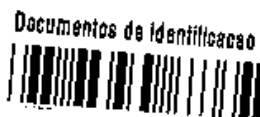
Médico - CRM

FNG.CC.002-1

RECEITUÁRIO Nº 1001 Nº 104500/2019 25/05/2019



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO CIVIL

ESTADO DA Paraíba
COMARCA DE Guarabira
MUNICÍPIO DE Guarabira

SERVIÇO REGISTRAL DE PESSOAS NATURAIS
GUARABIRA - PARAÍBA
Sebastiana P. da Costa e Souza
TITULAR
Mário Flávio da Costa e Souza
SUBSTITUTO
Mário de Fátima P. Da Costa
ESCREVENTE

NASCIMENTO Nº: 50.564

CERTIFICO que, às fls. 181, do livro nº A-55, do registro do Nascimento, Foi
feito o assento de Isaias Clementino Barbosa //
Nascido aos três de fevereiro de 2005.

às 18 horas e 15 minutos, em Maternidade Senhora da Luz
nesta cidade Guarabira do sexo masculino

filho de Severino Cassiano Barbosa

natural de desta cidade

e de Dona Josefa Maria Clementino Terceira

natural do Araçagi PB

Sendo avós paternos João Cassiano Barbosa

e Dona Marina Belarmino Viegas

e avós maternos João José Clementino

e Dona Maria Vicente de Souza

Foi declarante O pai.

Observações: XX XX XX XX
XX X X X X XX
XX XX XX XX

O referido é verdade; dou fé.

Guarabira PB 14 de fevereiro de 2005.

Sebastiana P. da Costa e Souza
REGISTRADORA CIVIL

SERVIDOR: 1105 (PM) R\$ 6747-2017 12:28 254535 1/1



07-07-2017 12:28:254542 1/1

VALIA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ENDRETO 1.596.248 2ª VIA DATA DE EMISSÃO 7 DEZ 2005

MODELO SEVERINO CASCIANO BARBOSA

VEICULO JOÃO CASCIANO BARBOSA

MARCA BELARMINA VIEGAS

VEICULADO GUAJABIRA - PB

DATA DE FISCAMENTO 30/01/1971



DOC. DISTRITO NASC.30.181 PLS.55V LTV.32 CART. DE GUAJABIRA-PB

13

CÓDIGO DE CONTROLE
48BF.2574.A4FB.BFDC

A autenticidade desta comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 13:54:10 do dia 22/12/2015 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
798.050.944-72

Nome
SEVERINO CASCIANO BARBOSA

Nascimento
30/01/1971

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE REGISTRO CIVIL E IDENTIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÃO DE IDENTIDADE

SALVADOR DE OLIVEIRA SILVA

1908-1916

1917-1924

1925-1932

1933-1940

1941-1948

1949-1956

1957-1964

1965-1972

1973-1980

1981-1988

1989-1996

1997-2004

2005-2012

2013-2020

2021-2028

2029-2036

2037-2044

2045-2052

2053-2060

2061-2068

2069-2076

2077-2084

2085-2092

2093-2100

2101-2108

2109-2116

2117-2124

2125-2132

2133-2140

2141-2148

2149-2156

2157-2164

2165-2172

2173-2180

2181-2188

2189-2196

2197-2204

2205-2212

2213-2220

2221-2228

2229-2236

2237-2244

2245-2252

2253-2260

2261-2268

2269-2276

2277-2284

2285-2292

2293-2300

2301-2308

2309-2316

2317-2324

2325-2332

2333-2340

2341-2348

2349-2356

2357-2364

2365-2372

2373-2380

2381-2388

2389-2396

2397-2404

2405-2412

2413-2420

2421-2428

2429-2436

2437-2444

2445-2452

2453-2460

2461-2468

2469-2476

2477-2484

2485-2492

2493-2500

2501-2508

2509-2516

2517-2524

2525-2532

2533-2540

2541-2548

2549-2556

2557-2564

2565-2572

2573-2580

2581-2588

2589-2596

2597-2604

2605-2612

2613-2620

2621-2628

2629-2636

2637-2644

2645-2652

2653-2660

2661-2668

2669-2676

2677-2684

2685-2692

2693-2700

2701-2708

2709-2716

2717-2724

2725-2732

2733-2740

2741-2748

2749-2756

2757-2764

2765-2772

2773-2780

2781-2788

2789-2796

2797-2804

2805-2812

2813-2820

2821-2828

2829-2836

2837-2844

2845-2852

2853-2860

2861-2868

2869-2876

2877-2884

2885-2892

2893-2900

2901-2908

2909-2916

2917-2924

2925-2932

2933-2940

2941-2948

2949-2956

2957-2964

2965-2972

2973-2980

2981-2988

2989-2996

2997-3004

3005-3012

3013-3020

3021-3028

3029-3036

3037-3044

3045-3052

3053-3060

3061-3068

3069-3076

3077-3084

3085-3092

3093-3100

3101-3108

3109-3116

3117-3124

3125-3132

3133-3140

3141-3148

3149-3156

3157-3164

3165-3172

3173-3180

3181-3188

3189-3196

3197-3204

3205-3212

3213-3220

3221-3228

3229-3236

3237-3244

3245-3252

3253-3260

3261-3268

3269-3276

3277-3284

3285-3292

3293-3300

3301-3308

3309-3316

3317-3324

3325-3332

3333-3340

3341-3348

3349-3356

3357-3364

3365-3372

3373-3380

3381-3388

3389-3396

3397-3404

3405-3412

3413-3420

3421-3428

3429-3436

3437-3444

3445-3452

3453-3460

3461-3468

3469-3476

3477-3484

3485-3492

3493-3500

3501-3508

3509-3516

3517-3524

3525-3532

3533-3540

3541-3548

3549-3556

3557-3564

3565-3572

3573-3580

3581-3588

3589-3596

3597-3604

3605-3612

3613-3620

3621-3628

3629-3636

3637-3644

3645-3652

3653-3660

3661-3668

3669-3676

<

Documentos de identificacao



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder das
Condições do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0002128/18
Vítima: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA
CPF: 798.050.944-72

CPF de: Representante

Data do Acidente: 18/05/2017
Titular do CPF: SEVERINO CASCIANO BARBOSA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Comprovantes de despesas médicas
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

Outros



SEVERINO CASCIANO BARBOSA : 798.050.944-72

Autorização de pagamento
Comprovante de residência
Documentos de identificação

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.
- O reembolso de despesas médico-hospitalares é de até R\$ 2.700,00. Esse valor varia conforme o total de despesas comprovadas, tomando por base os limites definidos pelas tabelas autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 07/12/2017
Nome: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA
CPF/CNPJ: 798.050.944-72

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 03/01/2018
Nome: ANDREZA ALVES DA CUNHA
CPF: 158.640.827-59

ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

ANDREZA ALVES DA CUNHA



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder em
Consórcios de Seguro DPVAT


IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0491278/17
Vítima: SEVERINO CASCIANO BARBOSA
CPF: 798.050.944-72

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 18/05/2017
Titular do CPF: SEVERINO CASCIANO BARBOSA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro	Outros
Boletim de ocorrência Certidão de nascimento Comprovação de ato declaratório Comprovantes de despesas médicas Documentação médico-hospitalar Documentos de identificação Outros	
SEVERINO CASCIANO BARBOSA : 798.050.944-72	
Autorização de pagamento Comprovante de residência	

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.
- O reembolso de despesas médico-hospitalares é de até R\$ 2.700,00. Esse valor varia conforme o total de despesas comprovadas, tomando por base os limites definidos pelas tabelas autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Documentação recebida sem conferência.

Portador da documentação entregue	Responsável pelo cadastramento na seguradora
Data da entrega: 07/12/2017 Nome: SEVERINO CASCIANO BARBOSA CPF/CNPJ: 798.050.944-72	Data do cadastramento: 21/12/2017 Nome: ANDREZA ALVES DA CUNHA CPF: 158.640.827-59
SEVERINO CASCIANO BARBOSA	ANDREZA ALVES DA CUNHA



SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS



COBERTURA SOLICITADA

() MORTE (X) INVALIDEZ PERMANENTE (X) DADS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA ISANT LEMENHO BARBOSA

DATA DO ACIDENTE 18.05.17 POSSUI CPF () SIM (X) NÃO

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- () Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- (X) CPF do Representante Legal (cópia simples)
- () Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- (X) Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada () Sim () Não
- (X) Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- (X) Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- () Laudo de Invalidez do IMV - original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Declaração de Ausência de Laudo do IMV (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva - Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IMV.
- () Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- (X) Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- (X) Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DADS

- () Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- (X) Comprovantes das despesas (frete e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibos médicos (original)
- () Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

- () Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Certidão de óbito da vítima - cópia autenticada: () Sim () Não
- () Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
- () CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
- () Comprovante de residência de todos os beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original).
- () Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
- () Laudo Cadavérico (IMV) - somente quando solicitado - Cópia Autenticada: () Sim () Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS - COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)
 - () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
 - () Declaração de Cônjuge (original)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto a Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Attestado Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE - QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto a Receita Federal, ou Declaração Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
 - () Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
 - () Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
 - () Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHOS) OU NETO(A)
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- () Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
- () Certidão de Óbito dos filhos da vítima - quando necessário - (cópia simples)
- () Outros Documentos apresentados:

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

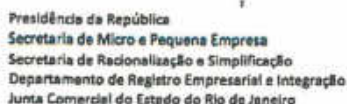
Portador da documentação (Nome) SEVERIANO CASCIANO BARBOSA

Quem é o portador? () Vítima () Beneficiário (X) Representante Legal - CPF do portador: 79805794478

E-mail: 011174017 Assinatura: SUELIO MOREIRA TORRES Data: 08/09/2020

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento: Assessoria Jurídica
Atendimento: Assessoria Jurídica
Data: 08/09/2020 Matrícula: 4639949259



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Boite Environnement

Normal

Nº do Protocolo

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC99430A9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO D0003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
JOURNAL OF THE
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/09/2020 09:48:38

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090809483787200000032562461>

Número do documento: 20090809483787200000032562461

Num. 34040982 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCACÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13




Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

<p>Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018 CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação. Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8 Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13</p>	 <p>JUCERJA Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro</p>
--	---



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13



RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Sesp/Diag n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, de 3 de janeiro de 2018, página 168, artigo 1, inciso II: "... no âmbito do Conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017"; e/ou: "... Na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 156, DE 22 DE JANEIRO 2016

CNPJ n. 09.348.000/0001-04, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 157, DE 23 DE JANEIRO 2018

AR. 7º Aproveita a eleição de membro do comitê de entidade de IDB BR-501, BOCORUMOS S.A., Cuiabá.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/portal> e <http://portal.mec.gov.br/portal>, nas datas de 20/02/2018 a 22/02/2018, no período de 8h00 às 18h00.

Informații suplimentare: www.observatoriuroman.ro

ANEXO

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
29/12/20	- Ácidos policarboxílicos cíclicos, cíclicos ou cicloalifáticos, seus anêdridos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados	29/12/20	Ácidos Policarboxílicos, cíclicos, cíclicos ou cicloalifáticos, seus anêdridos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		29/12/20.1	Interno de todos policarboxílicos cíclicos
		29/12/20.15	Ciclohexaneno de dicloro
		29/12/20.20	Outros
			Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interidade.html>, pelo código 0001201012300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD69743B6FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDAB0E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/13



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 08/09/2020 09:48:38

<http://pie.tippb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090809483787200000032562461>

Número do documento: 20090809483787200000032562461

Num. 34040982 - Pág. 7



4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

12/4



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01		10796-48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
AUDIÊNCIA VIRTUAL**

3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
Processo: 0804382-87.2019.8.15.0181
Classe do Processo: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s) do Processo: [Seguro]
Polo ativo: SEVERINO CASCIANO BARBOSA e outros (2)
Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Tendo em vista as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), foram suspensas as atividades jurisdicionais presenciais a fim de preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores, advogados, jurisdicionados e usuários em geral. No entanto, há necessidade de manter a atividade jurisdicional que é essencial, por esta razão aplica-se os princípios da efetividade e celeridade processual para a realização de audiência por videoconferência, desde que seja assegurado condições mínimas para sua continuidade.

1)) D A A U D I Ê N C I A V I R T U A L

Desta forma, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara respectiva, fica CITADO e INTIMADO a parte promovida, acima qualificada, para, nos termos do Art. 236, §3º, do CPC, participar da audiência, acompanhado de Advogado(a), **Tipo: Conciliação Sala: SL Virtual1 Data: 09/10/2020 Hora: 11:30**, que será reduzida a termo.

Eventuais impossibilidades técnicas, que inviabilizem a participação na audiência acima mencionada, deverão ser informadas até a data do ato, sob pena de incidência do insculpido no Art. 334, § 8º do Código de Processo Civil.

2) UTILIZANDO A PLATAFORMA CISCO WEBEX

Para participar da referida audiência, aconselha-se, previamente, a instalação do aplicativo Cisco Webex e a utilização de computador (Desktop), Laptop, Tablet ou Notebooks com webcam e fone de ouvido que possua microfone, para evitar ruídos externos, mas não sendo possível, é permitida a participação por meio de celular Smartphone com acesso à internet, de preferência acesso a rede wi-fi ou tenha o seu plano 2G ou superior, ativo.

3) ENTRANDO NA SALA VIRTUAL

No dia e horário da referida audiência ou pouco minutos antes (antecedência máxima de 10 minutos), as partes devem acessar a sala virtual clicando no link abaixo ou poderá copiá-lo e colá-lo na barra de endereço, entrar na página. Na sequência serão solicitados seu nome e seu e-mail para acesso à plataforma e, a seguir, clique em "Próximo". Concluídas as etapas, basta clicar em "Entrar na reunião". Após, basta aguardar, se necessário, a autorização do(a) Organizador para o ingresso na audiência virtual.

4) LINK DE ACESSO À AUDIÊNCIA VIRTUAL:



<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m36613a5666408c8168b50e77c59a06fe>

5) DURANTE A AUDIÊNCIA

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

- a) apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene e é processualmente válido. Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembrados;
- b) esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
- c) mantenha o microfone desligado para evitar interferência (ecos) e,
- d) quando quiser falar, levante sua mão para percebermos e lhe conceder a palavra.

6) APÓS A AUDIÊNCIA

Após a audiência, o Conciliador ou o Mediador enviará via sistema Cisco Webex, ou WhatsApp ou e-mail, o termo da audiência (o documento que fica no processo) em formato PDF.

7) **S U P O R T E** **C E J U S C** **V I R T U A L**

E-mail: cejuscgba@tjpb.jus.br

A T E N Ç Ã O :

Segue anexo, cópia da petição inicial. Atente-se a parte passiva aos termos dos artigos adiante. Art. 334, §5º, CPC/2015). O prazo para a contestação é de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando a parte não comparecer ou, comparecendo, não houver acordo. Art. 334, §8º, CPC/2015). O réu poderá ofertar petição com 10 (dez) dias de antecedência contados da data da audiência, para manifestar seu desinteresse na autocomposição. Art. 335, inciso I e II, do CPC/2015). Quando o pertinente ao caso, a incidência do prazo em dobro, nos moldes dos art. 180, 183, 186, 229, do CPC/2015. A ausência de contestação implicará revelia, nos termos do Art. 334, com ressalva ao Art. 345, ambos do CPC/2015.

Guarabira/PB, 19 de agosto de 2020

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Servidor Compromissado

OBSERVAÇÃO:

Nos termos da portaria 01/2020 do Cejusc de Guarabira fica registrado o seguinte:

...

Art. 1º. Informar que não será permitida a juntada de qualquer documento por ocasião da sessão de Mediação e Conciliação, nem mesmo atos constitutivos ou Cartas de Propositura e Procuração/Substabelecimento, devendo ser providenciada a juntada de forma prévia diretamente no sistema.

Art. 2º. Informar que independentemente de constar expressamente da ata de audiência tal advertência, a fluência do prazo para resposta inicia-se a partir da data da sessão de Mediação/Conciliação infrutífera, nos termos do art. 335, caput, incisos I, II, III, §1º e §2º, do CPC.

Art. 3º. Determinar que não serão consignados requerimentos endereçados ao Juiz no termo de audiência, uma vez que não existe a possibilidade de apreciação imediata.

Parágrafo único: Qualquer requerimento deverá ser feito através de petição por meio eletrônico diretamente no processo.

...

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO

CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 27264895; 28612177.



Pode Judiciário do Estado da Paraíba
3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
Fórum Augusto de Almeida
Rua Solon de Lucena, 55 - Centro
Guarabira/PB - CEP 58200-000
Telefones: (83)3271-3342 # 3271-4308 # 3271-3967

INTIMAÇÃO POLOS ATIVO(S)
AUDIÊNCIA VIRTUAL

3ª Coordenadoria do Cejusc de Guarabira
P r o c e s s o : 0804382-87.2019.8.15.0181
C l a s s e d o P r o c e s s o : PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
A s s u n t o (s) d o P r o c e s s o : [Seguro]
Polo ativo: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA e representantes: SEVERINO CASCIANO BARBOSA e JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA.
Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Tendo em vista as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), foram suspensas as atividades jurisdicionais presenciais a fim de preservar a saúde de magistrados, servidores, colaboradores, advogados, jurisdicionados e usuários em geral. No entanto, há necessidade de manter a atividade jurisdicional que é essencial, por esta razão aplica-se os princípios da efetividade e celeridade processual para a realização de audiência por videoconferência, desde que seja assegurado condições mínimas para sua continuidade.

1) DA AUDIÊNCIA VIRTUAL

Desta forma, de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara respectiva, nos termos do Art. 236, §3º, do CPC, fica readequada a pauta de audiência por meio da plataforma videoconferência pelo (App Cisco Webex). A(S) PART PROMOVENTE(S), fica(m) INTIMADA(S), através de seu(s)(ua/s) ADVOGADO(A/S), para participar(em) da audiência Conciliação Sala: SL Virtual1 Data: 09/10/2020 Hora: 11:30, a qual será reduzida a termo, devendo os(as) Procuradores(as) darem ciência aos seus respectivos clientes.

Eventuais impossibilidades técnicas, que inviabilizem a participação na audiência acima mencionada, deverão ser informadas até a data do ato, sob pena de incidência do insculpido no Art. 334, § 8º do Código de Processo Civil.

De ordem do(a) MM Juiz(a) de Direito, ficam a(s) parte(s) e seu(s) advogado(s) ADVERTIDOS que a presente intimação foi encaminhada, via sistema, exclusivamente ao(s) advogado(s) que se encontrava(m), no momento da expedição, devidamente cadastrado(s) e validado(s) no PJe/TJPB, conforme disposto na Lei Federal nº 11.419/2006.

A eventual ausência de credenciamento resulta na intimação automática apenas do(s) advogado(s) habilitado(s) que esteja(m) devidamente cadastrado(s) e validado(s) no sistema PJe/TJPB, uma vez que a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico somente é admitida mediante uso de assinatura eletrônica, sendo, portanto, obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme os Arts. 2º, 5º e 9º da Lei 11.419/2006 c/c Art. 7º da Resolução 185/2013/CNJ.

2) UTILIZANDO A PLATAFORMA CISCO WEBEX



Para participar da referida audiência, aconselha-se, previamente, a instalação do aplicativo Cisco Webex e a utilização de computador (Desktop), Laptop, Tablet ou Notebooks com webcam e fone de ouvido que possua microfone, para evitar ruídos externos, mas não sendo possível, é permitida a participação por meio de celular Smartphone com acesso à internet, de preferência acesso a rede wi-fi ou tenha o seu plano 2G ou superior, ativo.

3) ENTRANDO NA SALA VIRTUAL

No dia e horário da referida audiência ou pouco minutos antes (antecedência máxima de 10 minutos), as partes devem acessar a sala virtual clicando no link abaixo ou poderá copiá-lo e colá-lo na barra de endereço, entrar na página, na sequência serão solicitados seu nome e seu e-mail para acesso à plataforma e, a seguir, clique em "Próximo". Concluídas as etapas, basta clicar em "Entrar na reunião". Após, basta aguardar, se necessário, a autorização do(a) Organizador para o ingresso na audiência virtual.

4) LINK DE ACESSO À AUDIÊNCIA VIRTUAL:

<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m36613a5666408c8168b50e77c59a06fe>

5) D U R A N T E A A U D I Ê N C I A

Lembre de alguns pontos interessantes para o sucesso da audiência:

- a) apesar de você estar em casa ou outro local de sua conveniência, a audiência é um ato judicial solene e é processualmente válido. Assim, a educação e a civilidade devem ser sempre lembrados;
- b) esteja vestido(a) de maneira adequada e respeitosa;
- c) mantenha o microfone desligado para evitar interferência (eco) e,
- d) quando quiser falar, levante sua mão para percebermos e lhe conceder a palavra.

6) A P Ó S A A U D I Ê N C I A :

Após a audiência, o Conciliador ou o Mediador enviará via sistema Cisco Webex, ou WhatsApp ou e-mail o termo da audiência (o documento que fica no processo) em formato PDF.

7) S U P O R T E C E J U S C V I R T U A L

E-mail: cejuscgba@tjpb.jus.br

Guarabira/PB, 19 de agosto de 2020

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Servidor Compromissado

8) O B S E R V A Ç Ã O :

Nos termos da portaria 01/2020 do Cejusc de Guarabira fica registrado o seguinte:

Art. 1º. Informar que não será permitida a juntada de qualquer documento por ocasião da sessão de Mediação e Conciliação, nem mesmo atos constitutivos ou Cartas de Preposição e Procuração/Substabelecimento, devendo ser providenciada a juntada de forma prévia diretamente no sistema.

Art. 2º. Informar que independentemente de constar expressamente da ata de audiência tal advertência, a fluência do prazo para resposta inicia-se a partir da data da sessão de Mediação/Conciliação infrutífera, nos termos do art. 335, caput, incisos I, II, III, §1º e §2º, do CPC.

Art. 3º. Determinar que não serão consignados requerimentos endereçados ao Juiz no termo de audiência, uma vez que não existe a possibilidade de apreciação imediata.

Parágrafo único: Qualquer requerimento deverá ser feito através de petição por meio eletrônico diretamente no processo.

...





Poder Judiciário da Paraíba
Cejusc I - Cível - Guarabira - FPL/UEPB

Número do Processo: 0804382-87.2019.8.15.0181
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Seguro]
Polo ativo: REPRESENTANTE: SEVERINO CASCIANO BARBOSA, JOSEFA MARIA
CLEMENTINO TERCEIRA AUTORA: I. C. B.
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO que em conformidade com os termos do Art. 11, § 2º e Art. 17 do Ato Normativo Conjunto n.º 001/2020 e 004/2020, TJ-PB/MP-PB/DPE-PB/OABPB, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), de ordem do(a) MM. Juiz(a) fica o processo aguardando novas deliberações, o que será definido pela Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba, como consignado no mencionado ato. Aguarde-se os autos no Cejusc até ulterior deliberação.

Certifico e dou fé.



, 23 de abril de 2020
SHIRLEANDRO SOARES PACHECO





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0804382-87.2019.8.15.0181

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária.

Tendo a parte autora manifesta o seu interesse na audiência de conciliação, encaminhe-se os autos ao CEJUSC, objetivando a designação de dia e hora para realização da audiência de conciliação e mediação, observando as cautelas legais.

Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para a referida audiência.

Cite-se/intime-se a parte demandada, fazendo as advertências legais.

Cumpra-se.

GUARABIRA, 28 de fevereiro de 2020.

Juiz(a) de Direito



PETIÇÃO INICIAL ANEXADA EM PDF



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE
DIREITO DA _____ VARA DA COMARCA DE GUARABIRA,
ESTADO DA PARAÍBA**

ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA, brasileiro, menor, estudante, solteiro, residente e domiciliado no Sítio Carrasco, zona rural de Guarabira, CEP 58200-000, portador do CPF n.º 152.463.594-41, neste ato assistido por seus genitores, SEVERINO CASCIANO BARBOSA e JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA, brasileiro(a), casados entre si, agricultor e funcionária pública, residentes e domiciliado(a) no Sítio Carrasco, zona rural de Guarabira, CEP 58200-000, portadores do CPF n.º 789.050.944-72 e 035.869.084-66, fone 99949-2659, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 09.248.608/0001-04, com sede situada na rua Senador Dantas, 74, 15º andar, centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-205, consubstanciada nas razões de fato e de direito a seguir articuladas, REQUERENDO, desde logo, a concessão dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, nos termos da Lei 1.060/50, DECLARANDO, com base na Lei 7.115, de 29 de março de 1983, que não possuem os recursos financeiros necessários para



pagarem as custas processuais perante este Juízo, sem o comprometimento das suas mantenças, acrescentando serem conhecedores(as) das penalidades advindas da falsidade do aqui alegado.

PRELIMINARMENTE

DA JUSTIÇA GRATUITA

A parte autora DECLARA, com base na Lei 7.115, de 29 de março de 1983 c/c artigo 105, CPC, por meio do seu Advogado, cujos poderes estão expressos na Procuração Ad Judicia (artigo 105, CPC), que não possui os recursos financeiros necessários para custear as despesas processuais perante este Juízo sem o comprometimento da sua manutenção e, no caso específico, pela impossibilidade legal de litigar no Juizado Especial Cível. Por isso, REQUER os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, conforme a Lei 1.060/50, com a isenção integral das custas judiciais da presente ação, em todas as instâncias e meios recursais.

Declara também ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e criminais as quais estará sujeito(a), caso o que aqui declara não corresponda à verdade.

Apresenta desde já a anexa guia de custas (artigo 1º, § 3º, da Portaria Conjunta TJ/PB 02/2018) e, na hipótese de indeferimento da gratuidade, REQUER a redução do valor das custas em 50% (cinquenta por cento) e o parcelamento em 06 (seis) vezes (Artigo 2º, da Portaria Conjunta TJ/PB 02/2018).



PRELIMINARMENTE II

DA OPÇÃO PELA VARA ORDINÁRIA

O autor deixa de optar pelo Juizado Especial Cível em razão da vedação do art. 8º, caput, da Lei [9099/95](#).

PRELIMINARMENTE III

DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

*O promovente, por seus representantes legais, requereu administrativamente o pagamento, mediante o envio de toda a documentação para a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em 01/12/2017 (há mais de dois anos), por meio dos Correios, conforme prova anexa. Todavia, o autor jamais recebeu a resposta da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, deferindo ou indeferindo o pedido. Não se ignora que o Poder Judiciário já pacificou o entendimento de que é necessário o prévio requerimento administrativo para interpor a ação de cobrança do seguro DPVAT, sob pena de incidir a prejudicial de ausência do interesse de agir. Porém, isso não significa que os(as) requerentes estão obrigados a esperar infinitamente por uma resposta da Seguradora Líder. Assim, Excelência, conforme a prova do requerimento administrativo protocolado há mais de dois anos, requer seja, em preliminar, declarado o autor **detentor do interesse de agir**.*

PRELIMINARMENTE III

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO



A parte autora informa que, com fins a transacionar acerca do quanto discutido nos presentes autos, opta expressamente pela **REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, nos termos do artigo 319, VII do CPC/2015.

DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O requerente/representado sofreu um acidente automobilístico no dia 18/05/2017, conforme boletim de ocorrência policial anexo, lavrado na 8ª Delegacia Seccional de Polícia Civil de Guarabira, PB.

1) Natureza do fato: Acidente de Transito;
2) data do fato: 18/05/2017 ;
3) Horário do fato:09:00
4) Local do fato: Sítio Carrasco, zona Rural- Guarabira/Pb.
5) Breve resumo do fato:
Afirma a noticiante o Sr. Severino Casciano Barbosa , RG 1558248, CPF789.050.944-72, natural de Guarabira/Pb, nascido em 30/01/1971, filho de João Cassiano Barbosa e Marina Belarmino Viegas, representante legal do menor, Isaías Clementino Barbosa, que o menor vinha como carona na Moto HONDA/XRE 300, ANO/MODELO 2016/2016 E COR BRANCA, PLACA QFW 8326/PB, CHASSI 9C2ND1110GR007413, em nome do condutor WIBIS ALEXANDRE DA SILVA, QUE FORA SOCORRIDO PELO SAMU. Para o Hospital de Traumas na Capital, conforme prontuário 102093 e CID 10, s72.3, tendo como testemunhas, Jailson Fernandes da Silva, residente no Sítio Carrasco e Luciano Marinho de Souza, Rua Luis Oliveira da Silva, 83, Tambiá, João Pessoa/Pb

Em razão do referido acidente, o autor/representado sofreu fratura de fêmur e outros danos corporais descritos no(s) laudo(s) médico(s) anexado(s).





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	Isaias Clementino Barbosa
DATA DE NASCIMENTO	03/02/05
NOME DA MÃE	Josefa maria Clementino Terceira

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º	102093
BOLETIM DE ENTRADA N.º	1001347
DATA DO ATENDIMENTO	31/03/17
HORA DO ATENDIMENTO	11:45
MOTIVO DO ATENDIMENTO	Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S)	Fratura de fêmur D.
CID 10	S72.3

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de queda de moio, com queixa de dor em pé direito, edema acentuado em coxa esquerda, glasgow 15. Avaliado pe traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

Assim, faz jus o autor/representado ao recebimento de indenização do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), em valor a ser devidamente definido por meio de perícia médica e em conformidade com a tabela oficial de indenização securitária do DPVAT.

DAS DAMS

(DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES.



Além da indenização securitária de danos corporais, o autor faz jus ao ressarcimento de despesas com medicamentos, conforme nota fiscal anexa, no valor de R\$ 608,00 (Seiscentos e oito reais).

DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS

Em face do exposto, REQUER:

- 1. O deferimento da **gratuidade processual**, de forma reiterada, por ser a parte autora pobre na acepção jurídica do termo, nos moldes da Lei nº 1060/50;*
- 2. A **citação/intimação do(a) demandado(a)**, a fim de que o(a) mesmo(a) **compareça à audiência de conciliação** e, sendo inexitosa, responda, querendo, aos termos da presente, sob pena de revelia e confesso;*
- 3. A **produção de prova pericial**, juntada de outros documentos e todos os meios admitidos em direito;*
- 4. **A procedência do pedido, condenando o(a) requerido(a) na obrigação de pagar, a título de danos corporais de acidente automobilístico, o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) ao promovente ou outro valor a ser definido com base na perícia a ser realizada no autor e em conformidade com a tabela de indenização securitária DPVAT, e o valor de R\$ 608,00 (Seiscentos e oito reais) a título de despesas de assistência médica e suplementares (DAMS), cujos valores deverão ser acrescidos de juros legais (Súm. 54, do STJ) e atualização monetária (Súm. 43, do STJ) a partir do evento danoso; e,***
- 5. A condenação do(a) promovido(a) no pagamento das custas processuais bem como dos **honorários advocatícios sucumbenciais**, estes no importe percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.*



DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se à causa o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), para fins fiscais.

*NESTES TERMOS,
PEDE DEFERIMENTO.*

Guarabira/PB, 26 de dezembro de 2019.

*Cláudio G. Cunha
OAB/PB 10751*





CLÁUDIO CUNHA
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO AD JUDICIA e CONTRATO DE HONORÁRIOS

OUTORGANTE(S)

SEVERINO CASCIANO BARBOSA e JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA, brasileiro(a), casados entre si, agricultor e funcionária pública, respeitosamente, residentes e domiciliado(a) no Sítio Carrasco, zona rural de Guarabira, CEP 58200-000, portadores do CPF n.º 789.050.944-72 e 035.869.084-66, fone 99949-2659.

OUTORGADO(S)

CLÁUDIO GALDINO DA CUNHA, brasileiro, casado, Advogado, OAB/PB n.º 10.751, CPF 645.095.404-34, e **MARCOS EDSON DE AQUINO**, brasileiro, casado, Advogado, OAB/PB n.º 15.222, CPF 047.772.374-86, ambos com escritório na Praça João Pessoa, n.º 20, centro, Guarabira, PB, CEP 58200-000, fones: 83 98814-8830, 99305-6960 e 99825-5475, e-mail: claudiogcunha@hotmail.com.

PODERES

Pelo presente instrumento particular o(s) outorgante(s) constitui(em) e nomeia(m) seu(s) bastante(s) Procurador(es) o(s) outorgado(s), ao(s) qual(uais) confere(m) amplos poderes, **inclusive os expressos no artigo 105, do CPC**, para representá-lo(a)(s) em qualquer JUÍZO, INSTÂNCIA, TRIBUNAL ou ÓRGÃO PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL, JUDICIAL OU EXTRAJUDICIALMENTE, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(a)(s) nas contrárias, acompanhando umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais, firmar compromissos ou acordos, **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, interpor recursos, propor execução, embargos, agravos e demais remédios jurídicos, inclusive Mandado de Segurança, e mais os especiais de reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar o direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e subestabelecer, com ou sem reservas de poderes.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

DECLARO, com base na Lei 7.115, de 29 de março de 1983, que não possuo os recursos financeiros necessários para custear as despesas processuais perante este Juízo, inclusive custas, taxas, emolumentos e honorários periciais, sem o comprometimento da minha manutenção, REQUERENDO, por isso, os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, conforme a Lei 1.060/50.

CONTRATO DE HONORÁRIOS

Independentemente dos honorários de sucumbência, o outorgante pagará aos outorgados o percentual de 30% (TRINTA POR CENTO) sobre todo o crédito apurado em sentença e atualizado por ocasião da liberação, inclusive em caso de acordo judicial ou extrajudicial, valendo o presente como título executivo, nos termos do art. 24, caput e § 4º, da Lei Federal 8.906, de 04 de julho de 1994 – Estatuto do Advogado, devendo os honorários serem retidos pelo Juiz da Execução ou o que homologar possível acordo, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 22, do já referido diploma especial.

Guarabira/PB, 22 de fevereiro de 2018.

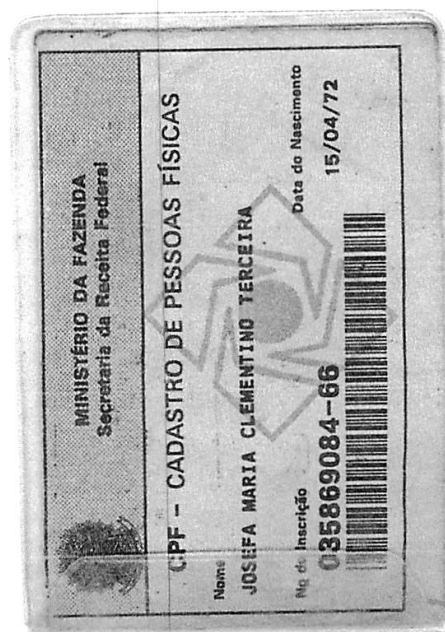
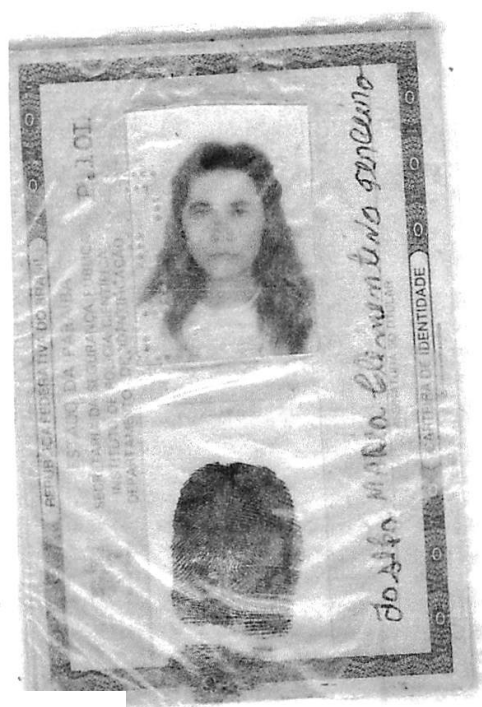
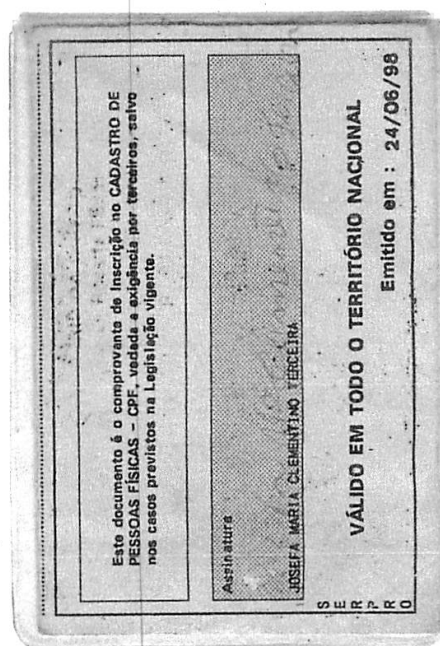
Outorgante(s):

Severino Casciano Barbosa
Josefa Maria Clementino Terceira



1



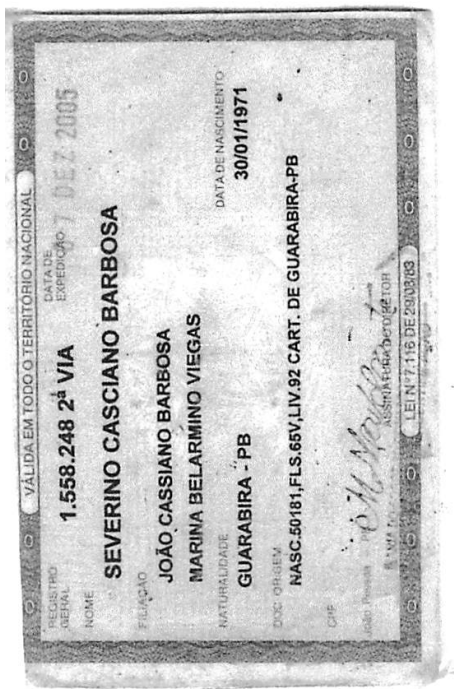
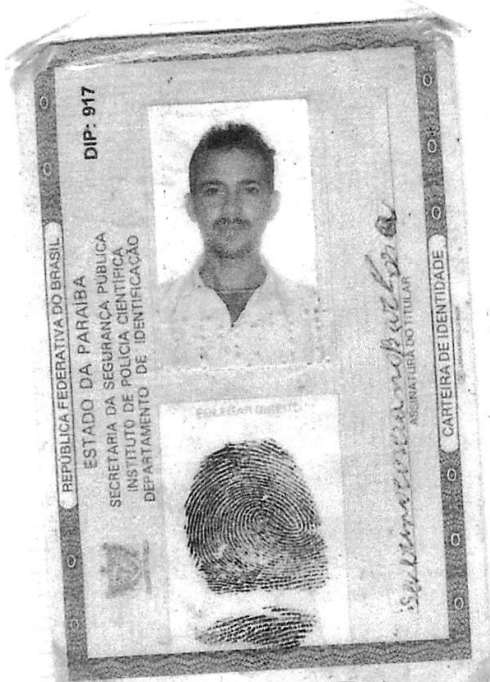




Assinado eletronicamente por: CLAUDIO GALDINO DA CUNHA - 26/12/2019 12:16:29

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122612161446100000026315806

Número do documento: 19122612161446100000026315806



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

798.050.944-72

Nome

SEVERINO CASCIANO BARBOSA

Nascimento

30/01/1971

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

46BF.2574.A4FB.BFDC

A autenticação deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 13:54:10 do dia 22/12/2016 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOME:

Severino Casciano Barbosa
Josefa Maria Clementino Terceira

MATRICULA:

0725610155 2013 2 00035 184 0010548 27

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÕES DOS CONJUGES

Severino Casciano Barbosa, nascido em trinta de janeiro de um mil novecentos e setenta e um (30/01/1971), natural de Guarabira-PB, brasileiro. Filho de João Cassiano Barbosa (FALECIDO) e Marina Belarmino Viégas.

Josefa Maria Clementino Terceira, nascida em quinze de abril de um mil novecentos e setenta e dois (15/04/1972), natural de Araçagi-PB, brasileira. Filha de João José Clementino (FALECIDO) e Maria Vicente de Souza.

DATA DO REGISTRO DE CASAMENTO (POR EXTENSO)

vinte e dois de agosto de dois mil e treze

DIA

22

MES

08

ANO

2013

REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)

ELE: O mesmo nome de solteiro

ELA: O mesmo nome de solteira

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

O casamento foi celebrado pela Drª Hígia Antonia Porto Barreto e as testemunhas constante do termo.

Os contraentes tem como profissão ele agricultor e ela Funcionária Pública.

Ato registrado no Livro:B-35, às fls. 184, Termo:10548.

Serviço Registral de Pessoas Naturais
Guarabira - Paraíba

Sebastiana P. da Costa e Souza

TITULAR

Mario Flávio da Costa e Souza

SUBSTITUTO

Maria de Fátima P. da Costa

NOME DO OFÍCIO

Cartório do Registro Civil Evaristo da Costa

OFICIAL REGISTRADOR

Sebastiana Pereira da Costa e Souza

MUNICÍPIO/UF

Guarabira-PB

ENDEREÇO

Rua Osório de Aquino, 131, centro Guarabira-PB - CEP - 5820000
FONE: 32711339

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Guarabira-PB, 22 de agosto de 2013

Sebastiana Pereira da Costa e Souza
Oficial do Registro Civil

Farpen

Farpen

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU RASURA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Nº 466291



Assinado eletronicamente por: CLAUDIO GALDINO DA CUNHA - 26/12/2019 12:16:29

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122612161446100000026315806>

Número do documento: 19122612161446100000026315806

Num. 27264898 - Pág. 5

SEVERINO CASCIANO BARBOSA
SIT CAMPASCO, S/N - AREA RURAL
GUARABERA / PB CEP: 59200-000 (A/S 22)

Emissão: 01/02/2018 Referência: Fev / 2018
Classe/Subclasse: RURAL / RURAL RESIDENCIAL MONOFÁSICA Q1230, km 25 - Distrito Redenção, João Pessoa / PB - CEP 58071-690
Rota: 1 - 22 - 202 - 895 N.º medidor: 00001278801

ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ 03.055.489/0001-40 Insc. Est. 18.015.623-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Eletrônica Nº 031.526.112
Cód. para Deb. Automático: 00012717120

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Fev / 2018	01/02/2018	06/03/2018	79805094472 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1271712-0

Canal de contato

- Levar choque no chuveiro? Hora de chamar um electricista de confiança. Não arrisque a fazer sozinho. Dê um banho de segurança.
- Chame os vizinhos e amigos e entre no combate ao mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya. Ministério da Saúde, Governo Federal.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 04/01/18	Leitura 13780	Data 01/02/18	Leitura 13894	

Demonstrativo

CC	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
0601	Consumo em kWh	134,000	0,369800	49,52	0,00	0,00	49,52	0,56	2,57
0610	Subsídio			21,22	0,00	0,00	21,22	0,24	1,16
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS									
0907	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			6,16	0,00	0,00	6,16	0,00	0,00
0904	JUROS DE MORA 01/2018			0,35	0,00	0,00	0,35	0,00	0,00
0904	JUROS DE MORA 12/2017			0,41	0,00	0,00	0,41	0,00	0,00
0905	MULTA 01/2018			1,18	0,00	0,00	1,18	0,00	0,00
0905	MULTA 12/2017			1,12	0,00	0,00	1,12	0,00	0,00
0905	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 12/2017			0,20	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00
0905	Devolução Subsídio			-18,22	0,00	0,00	-18,22	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do item TOTAL 52,98 0,00 0,00 70,74 0,78 3,57

Média últimos meses (kWh) 140 **VENCIMENTO 08/02/2018** **TOTAL A PAGAR R\$ 62,38**

Histórico de Consumo (kWh)

135 | 154 | 138 | 147 | 129 | 182 | 143 | 114 | 130 | 151 | 124 | 146
Fev/17 | Mar/17 | Abr/17 | Mai/17 | Jun/17 | Jul/17 | Ago/17 | Set/17 | Out/17 | Nov/17 | Dez/17 | Jan/18

RESERVADO AO FISCO
f8a7.ebcf.d592.5d61.468c.b58d.d99c.4e13.

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
13,50	1,34	NOMINAL 220
22,81		
45,22		
7,82	1,00	CONTRATADA 202
19,84		LIMITE INFERIOR 202
21,25		
6,16	1,34	LIMITE SUPERIOR 202
18,80		

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. de Energia S/A	17,78	28,47
Consumo de Energia	21,00	33,66
Serviço de Transmissão	2,72	4,36
Encargos Setoriais	4,92	7,89
Encargos de Distribuição e Encargos	15,36	24,62
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	62,38	100,00

Valor em USD (Ref. 12/2017) R\$ 24,86

ATENÇÃO

Subvenção DEC 7.891/13 R\$ 13,88
Isento ICMS

Faturas em atraso

ENERGISA PARABÁ
Rota: 1 - 22 - 202 - 895
Matrícula: 1271712-2018-02-6

VENCIMENTO 08/02/2018

TOTAL A PAGAR R\$ 62,38

836300000000-4 62380054000-6 12717122018-0 02600022019-9



REGISTRO 4: 529.192 DATA DE EXPEDIENTE 22/02/2018
GÊNERO
NOME CLEMENTINO BARBOSA
FILIAÇÃO
SEVERINO CASCIANO BARBOSA
JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA
NATURALIDADE
GUARABIRA-PB
DOE GRIEVE
CERT. NASC. Nº50564 - LV/A55 - FLS. 181 - CARTORIO
GUARABIRA PB
CPE. 463.594-41
Anexo Personal - F5
Município de Guarabira - PB
Cidade do Nascimento de
Tela nº 7707 DE 29/08/63
B+
DATA DE NASCIMENTO 03/02/2005



SERVIÇO REGISTRAL DE PESSOAS NATURAIS
GUARABIRA - PARAÍBA
Sebastiana P. da C.

~~TITULAR~~
~~Mário Flávio da Costa e Souza~~
~~SUBSTITUTO~~
~~Maria de Fátima P. Da Costa~~
~~ESCREVENTE~~

Guarabira PB 14 de fevereiro de 2005.-



URL: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jmb.2011.05.008>

DATE RECD: 10 0 1964

Carlson, J. E. 1993.

Moral ideology, A matter of life or death? *Journal of Business Ethics* 102:253-268.

DISCUSSION

[illegible]

FINAL RESULTS

(7) 10.

SI 69444491 7 BR

101A DE 2

[illegible]

• **Admission.**

AGS. Roundtable 103

SLURP, FUSIONS, AND THE T-SCHEMA 113

the latter are to the power of the others:

VIA-CLIMM

• **Highly sensitive** to the environment



Correios



MISTO
Papel produzido a partir
de fontes responsáveis
FSC® C107233

Fale com os Correios: correios.com.br/falecomoscorreios
CAC: 3003 0100 ou 0800 725 7282 (informações) e
0800 725 0100 (sugestões e reclamações)
Ouvidoria: correios.com.br/ouvidoria
Denúncia: correios.com.br/denuncia

Papel temossensível. A vida útil dos dados
Evite seu contato com plásticos, solventes,
e umidade excessivos. Se necessitar man

Correios



MISTO
Papel produzido a partir
de fontes responsáveis
FSC® C107233

Fale com os Correios: correios.com.br/falecomoscorreios
CAC: 3003 0100 ou 0800 725 7282 (informações) e
0800 725 0100 (sugestões e reclamações)
Ouvidoria: correios.com.br/ouvidoria
Denúncia: correios.com.br/denuncia

Papel temossensível. A vida útil dos dados impressos neste comprovante é de 5 anos.
Evite seu contato com plásticos, solventes e produtos químicos. Não exponha à luz, calor
e umidade excessivos. Se necessitar manter o recibo por mais tempo, providencie cópia.

Correios



MISTO
Papel produzido a partir
de fontes responsáveis
FSC® C107233

Fale com os Correios: correios.com.br/falecomoscorreios

Papel temossensível. A vida útil dos dados impressos neste comprovante é de 5 anos.
Evite seu contato com plásticos, solventes e produtos químicos. Não exponha à luz, calor
e umidade excessivos. Se necessitar manter o recibo por mais tempo, providencie cópia.



SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

COBERTURA SOLICITADA

() MORTE (X) INVALIDEZ PERMANENTE (X) DAMS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA ISAIAZ C. GONÇALVES DE OLIVEIRA

DATA DO ACIDENTE 18.05.17 POSSUI CPF () SIM (X) NÃO Nº CPF -

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- () Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- () CPF do Representante Legal (cópia simples)
- () Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- (X) Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- (X) Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Laudo de Invalidez do IML – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- (X) Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- (X) Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- (X) Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- (X) Comprovantes das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibos médicos (originais)
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Certidão de óbito da vítima - cópia autenticada: () Sim () Não
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
- () CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
- (X) Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).
- () Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
- () Laudo Cadavérico (IML) – somente quando solicitado - Cópia Autenticada: () Sim () Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS - COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)**
 - () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
 - () Declaração de Cônjuge (original)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)**
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE - QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)**
 - () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
- () Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
- () Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
- (X) Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))**
 - () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- () Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
- () Certidão de Óbito dos filhos da vítima – quando necessário - (cópia simples)
- () Outros Documentos apresentados: _____

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome) SECRETÁRIO CASCAVO BARBOSA
 Quem é o portador? () Vítima () Beneficiário (X) Representante Legal - CPF do portador 7980502944738
 E-mail 7980502944738
 Data 21/12/2017 Assinatura CLAUDIO GALDINO DA CUNHA
 Tel: 7980502944738

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento Mat. 8-476-663-8
 Ag. de Correios/Atividade Comercial AC Guaratuba
 Atendente AC Guaratuba
 Data: _____ Assinatura: _____



Número: 209730 Série: 1
Data de Acesso: 26/08/2017 14:54:09
Consulte pelo site de Acesso em: [http://www.mtssa.gov.br](#)
Página 41 de 1270
Sistema de Autenticação: 3257001-97-656
Data de Autorização: 26/08/2017 14:54:09
CONSUMIDOR NÃO IDENTIFICADO

[illegible]



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 002/2017

Ocorrência nº. 297/2017

Aos CINCO dias de SETEMBRO de DOIS DEZESSETE, nesta cidade de GUARABIRA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **JOSINALDO FELIX RIBEIRO**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 12h:50 min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA, conhecido(a) por ISAIAS, Identidade nº SSP/RJ, CPF , nacionalidade brasileira, estado civil: , profissão: Estudante, filho(a) de Severino Casciano Barbosa e Josefa Maria Clementino Terceira, natural de Guarabira/PB, nascido(a) em 03/02/2005 (12 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Carrasco, Zona Rural, ponto de referência: Próximo Colégio Maria Benervino de Aquino, na cidade de Guarabira/PB, fone(s) para contato: 83 999492659

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) **Natureza do fato:** Acidente de Transito;
- 2) **data do fato:** 18/05/2017 ;
- 3) **Horário do fato:** 09:00
- 4) **Local do fato:** Sítio Carrasco, zona Rural- Guarabira/Pb.

5) Breve resumo do fato:

Afirma a noticiante o Sr. Severino Casciano Barbosa , RG 1558248, CPF789.050.944-72, natural de Guarabira/Pb, nascido em 30/01/1971, filho de João Cassiano Barbosa e Marina Belarmino Viegas, representante legal do menor, Isaias Clementino Barbosa, que o menor vinha como carona na Moto HONDA/XRE 300, ANO/MODELO 2016/2016 E COR BRANCA, PLACA QFW 8326/PB, CHASSI 9C2ND1110GR007413, em nome do condutor WIBIS ALEXANDRE DA SILVA, QUE FORA SOCORRIDO PELO SAMU. Para o Hospital de Traumas na Capital, conforme prontuário 102093 e CID 10, s72.3, tendo como testemunhas, Jailson Fernandes da Silva, residente no Sítio Carrasco e Luciano Marinho de Souza, Rua Luis Oliveira da Silva, 83, Tambiá, João Pessoa/Pb

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

Isaias Clementino Barbosa *Severino Casciano Barbosa*
ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA **SEVERINO CASCIANO BARBOSA**
Comunicante
Barbosa

Escrivã(o)/Agente
Matrícula nº 137.300-5

Modelos_Delegado_1UAM1,TO



AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV
AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN,
TRANSFERIR O REGISTRO DESSE VEÍCULO, PARA:

VALOR R\$ _____
 NOME DO COMPRADOR: _____

RG: _____ CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

LOCAL E DATA: _____

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

- a) O vendedor tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas consequências legais, até a data da comunicação (Lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB)
- b) O adquirente terá prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da data da aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB)
- c) É obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO: _____

ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO(VENDEDOR)
 CONFORME ART. 369 C.P.C.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DETRAN - PB		Nº 013136357557	
CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO		65478824266	
VIA	1	COD. RENAVAM	01126.964-8
PR	20170200004824-7	INTRO	00/00000000
NOME/ENDEREÇO		PLACA	
WIBIS ALEXANDRE DA SILVA		07243556426	
SITIO AT CARRESCO SN CASA		QTE8326/PB	
Z RURAL		58200090 GUARABIRA-PB	
PLACA ANTE		NOVO	
PB		9C2ND1110GR007413	
ESPECIE TIPO		CHASSI	
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC		NOVO	
MARCA/MODELO		COMBUSTIVEL	
HONDA/XRE 300		ALCO/GASOL	
CAP/POT/CIL		ANO FAB	
2 P/291 /Cil		2016	
CATEGORIA		ANO MOD	
PARTIC		2016	
COR PREDOMINANTE		BRANCA	
OBSERVAÇÕES			
0			
A.F. BANCO HONDA S.A.			
DOCUMENTO VALIDO SOMENTE PARA TRANSFERENCIA			
GUARABIRA-PB			
N. Motor : ND11E1G007449			
GUARABIRA-PB		DATA	
LOCAL		23/03/2017	
16497		16497	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB

Nº 013136357557

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

1 - VIA - 0111263964-8 00/00000000 2016

WIBIS ALEXANDRE DA SILVA

07243556426 07243556426

NOVO PB 07243556426

PAS/MOTOCICLETA/MRO APPLIC

HONDA/XRE 300 2016 2016

2 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

1 P/291 /CI 1ª 2ª 3ª

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS-PERSONAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIAGEM PRESTRE OUPOR SUACARCA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO- SEGURO DPVAT

PB Nº 013136357557 BILHETE DE SEGURO DPVAT

WIBIS ALEXANDRE DA SILVA

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

07243556426 www.seguradoralider.com.br 07243556426/PB
SAC DPVAT 0800 022 1204

2016 23/03/2017

WIBIS ALEXANDRE DA SILVA

RENAVAM 07243556426

07243556426

07243556426

07243556426

07243556426

07243556426

07243556426

07243556426

07243556426

07243556426

07243556426

07243556426

SEGURO LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

16497-1336175-20170323

NOV-2016



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
 WIBIS ALEXANDRE DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
 245700836 DIC RJ

CPF
 072.435.564-26

DATA NASCIMENTO
 10/01/1987

FUNÇÃO
 MORCIR ALEXANDRE DA SILVA
 JOANA MARIA CLEMENTINO SILVA

PERMISSÃO ACC CATHAR AB

Nº REGISTRO
 04338323752

VALIDADE
 19/04/2018

1ª HABILITAÇÃO
 26/08/2009

OBSERVAÇÕES
 EXERCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
 GUARABIRA, PB

DATA EMISSÃO
 30/01/2014

ASSINATURA DO EMISSOR
 84056287006
 PB026216167

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 894122058

PRIMEIRA PLÁSTICA
 894122058





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Isaias Clementino Barbosa
DATA DE NASCIMENTO 03/02/05
NOME DA MÃE Josefa maria Clementino Terceira

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 102093
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1001347
DATA DO ATENDIMENTO 31/03/17
HORA DO ATENDIMENTO 11:45
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S) Fratura de fêmur D.
CID 10 S72.3

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de queda de moto, com queixa de dor em pé direito, edema acentuado em coxa esquerda, glasgow 15. Avaliado pe traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX coxa D, bacia, pé D.


RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: fratura de fêmur D.

TRATAMENTO:

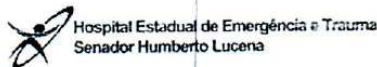
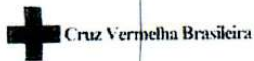
Tratamento cirúrgico de fratura de fêmur direito.

ALTA HOSPITALAR: 25/05/17
DATA DA EMISSÃO: 15/08/17


Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





ACOLHIMENTO, sn -- CNES: 123312 - Tel.:

Boletim de Atendimento: 1001347



Identificação do paciente						
ID 1171835	Nome ISAÍAS CLEMENTINO BARBOSA			Sexo Masculino		
Data de nascimento 06/02/2005	Idade 12 anos 3 meses 12 dias	Estado civil	Religião	Prontuário		
Mãe JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA	Pai SEVERINO CASCIANO BARBOSA					
Escolaridade	Responsável (Parentesco) JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA - MAE					
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988880000	DDD Fixo	Fone Fixo			
Tipo documento	Número documento	Nº Cns 898000077568038				
Local de procedência GUARABIRA	Tipo MUNICIPIO		UF PB			
Email	Naturalidade GUARABIRA	CBO/R				
Endereço						
CEP 58200000	Município de residência GUARABIRA	UF PB	Logradouro CARRASCO			
Número S/N	Complemento	Bairro ZONA RURAL				
Admissão						
Data e Hora 18/05/2017 11:45:33	Número da pulseira 1000004317998	Convênio SUS				
Especialidade PEDIATRIA	Clínica					
Classificação de risco	Origem do paciente RESIDENCIA					
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente OUTROS				
Indicadores e Transporte						
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não			
Meio de transporte CARRO PARTICULAR		Quem transportou				
Sinais Vitais						
PA X mmHg	Pulso	Temperatura				
Exames complementares						
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos						
Diagnóstico Fratura fêmur fechada - Perna - pé D - bacia (?)						
Atendido por MAYARA ANA LACERDA					CID	Tempo 01min 35seg

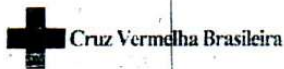
Imprimir

18/05/2017 11:44



100000417898
KSAIRAS CLEMENTINO BARBOSA
BE: 1001347





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

SN, Sn - PEDRO GONDIM
CNES: 445365 - Tel.:

Paciente ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA	BAE 1001347	Data/Hora Entrada 18/05/2017 11:45:33	Data Baixa
Data de nascimento 06/02/2005	Idade 12	Sexo Masculino	CNS 898000077568038
Mãe JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA			Telefone de Contato (83) 988880000
Endereço CARRASCO, S/N			Bairro ZONA RURAL
Município GUARABIRA			UF PB
Acidente OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional EDNELIA MARIA NOBREGA DISTEFANO	Nº Cons. Regional 3520/PB
Data/Hora Classificação 18/05/2017 11:57:49		Data/Hora Prescrição 18/05/2017 12:09:46	

Anamnese

NOR VITIMA DE QUEDA DE DE MOTO HA 3 HS, SEGUNDO O MESMO CAIU SENTADO POR CIMA DA PERNA DIREITA. QUEIXAS DE DORES NO PE D. AO EXAME, CONSCIENTE, ORIENTADO, EUPNEICO. NEGA TRAUMA EM CABEÇA. MEMRO INF D COM IMOBILIZAÇÃO, OBSERVADO ACENTUADO EDEMA DE COXA. GLASGOW 15.

DIETA

DIETA ZERO, VIA NENHUMA

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE BACIA, (INDICAÇÕES CLÍNICAS: TRAUMA)

RADIOGRAFIA DE PERNA DIREITA

RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE DIREITO

CID10

Código

Descrição

2.9

Fratura do fêmur, parte não especificada

Conduta

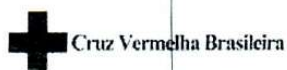
Em observação

Avaliação de Ortopedia

Ednelia M. Nobrega Distefano
CRM-PB 3520
033.003.520

EDNELIA MARIA NOBREGA DISTEFANO
(3520/PB)

ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

VERDE, 1 -
CNES: 2778696 - Tel.:

Paciente ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA	BAE 1001347	Data/Hora Entrada 18/05/2017 11:45:33	Data Baixa
Data de nascimento 06/02/2005	Idade 12	Sexo Masculino	CNS 898000077568038
Mãe JOSEFA MARIA CLEMENTINO TERCEIRA			Telefone de Contato (83) 988880000
Endereço CARRASCO, S/N	Bairro ZONA RURAL	Município GUARABIRA	UF PB
Acidente OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional MATHEUS MARINHO ENOMOTO	Nº Cons. Regional 10204/PB
Data/Hora Classificação 18/05/2017 11:57:49		Data/Hora Prescrição 18/05/2017 14:24:46	

Anamnese

...IENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO A CERCA DE 4 HORAS COM DOR EM COXA D DESDE ENTÃO. NEUROVASCULAR NORMAL.

DIETA

DIETA LIVRE, VIA ORAL

MEDICAÇÃO

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H, 0.0 (MGTSM)

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 1,0 AMPOLA VIA E.V., 6/6H

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H, 0.0 (MGTSM) (OBSERVAÇÕES: S/N)

Diluir

ONDANSETRONA 4MG/2ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 1,0 AMPOLA VIA E.V., 8/8H

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 1X AO DIA, 0.0 (MGTSM) (OBSERVAÇÕES: EM JEJUM)

Diluir

OMEPRAZOL 40 MG (FRASCO-AMPOLA COM DILUENTE), ADMINISTRAR 1,0 FRASCO/AMP VIA E.V., 1X AO DIA

CAPTAPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 1,0 COMPRIMIDO VIA SUBLINGUAL, ACM, SE NECESSÁRIO SE PAD>110MMHG E/OU PAS>160MMHG (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 4,0)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% DE 500 ML, ADMINISTRAR 1500,0 ML VIA E.V., 24H, 0.0 (MGTSM)

ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4ML SERINGA PREENCHIDA, ADMINISTRAR 1,0 SERINGA VIA S.C., 1X AO DIA

GLICOSE 50% (AMPOLA) - SOLUÇÃO, ADMINISTRAR 3,0 AMPOLA VIA E.V., ACM, 0.0 (MGTSM) SE NECESSÁRIO SE HGT<60 (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 3,0)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% DE 100 ML, ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 12/12H, 0.0 (MGTSM)

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 1,0 FRASCO/AMP VIA E.V., 12/12H

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% DE 100 ML, ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 8/8H, 0.0 (MGTSM) (OBSERVAÇÕES: LENTO, SN)

Diluir

TRAMADOL 100MG/2ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 1,0 AMPOLA VIA E.V., 8/8H

Handwritten signature

Handwritten signature and stamp
CRM-PB 18204



CUIDADOS

CURATIVO, (OBSERVAÇÕES: DIARIO)

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIO E MOTORA

INSULINA REGULAR CONFORME HGT

SSVV + CCGG

EXAME LABORATORIAL

COAGULOGRAMA COMPLETO

HEMOGRAMA (MASCULINO - ADULTO)

CID10

Código	Descrição
S72.3	Fratura da diáfise do fêmur

Conduta

ternar Paciente

Matheus Enomoto
MATHEUS MARINHO ENOMOTO
(10204/PB)

ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA



BE/PRONTUÁRIO

Nome do paciente

Inácio Clementino Barbosa

DATA	HORA	DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO
19/05/19		#Ortopedia: Paciente em uso de Traço Cutâneo, Relato de dor leve em outros pontos. Cuidados pós-operatórios OK. Conduta: Solicito Exame de Traço de Ortopedia
20/05/19		#2 Permeio BEG, 1 grau de Cd: Aguardo Exame de Ortopedia
21/05/19		#2 Permeio BEG, 1 grau de Cd: Aguardo Exame de Ortopedia
22/05/19		#Ortopedia: Paciente em BEG, com relato de dor leve, em outros pontos. Solicito Exame

Dra. Jessyka Emilia F. Rabêlo
Médica
CRM 10045/PB

Dr. André Lopes Soares
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia de Mão e Cirurgia de Cotovelo
CRM 644 / TEOT 11410

Dr. André Lopes Soares
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia de Mão e Cirurgia de Cotovelo
CRM 644 / TEOT 11410

Dra. Jessyka Emilia F. Rabêlo
Médica
CRM 10045/PB

F(NC)ENF.018-1





RELATÓRIO DE CIRURGIA

HEETSIL

Nome: Seim Clementino Barbosa BE/Prontuário: _____
Idade: _____ Sexo: (☒) Masculino () Feminino Cor: _____ Data: ____/____/____
Clínica/Setor: ORÇANÓIA EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: Fixação da fíbula (9)
Cirurgião: Dr. Nilton 1º Assistente: Dr. Souza
2º Assistente: Dr. Vitorino Jr 3º Assistente: Dr. Matheus Jr
Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. Luciano
Tipo de Anestesia: Local Horário: Início ____:____:____ Término ____:____:____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
1 Fixação da fíbula (9)	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
1 RAFE 11 Perna + Pênis de fíbula de fíbula (9)	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim (☒) Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim (☒) Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

(☒) Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: _____

João Pessoa, 23, 05, 15

F(NG).ASCIR.009-1





FICHA DE ANESTESIA

DATA: 23/05/2017

PRONTUÁRIO: 1001347

FICHA

PACIENTE:	Isaís Clementino Barbosa		SEXO:	COR:	IDADE:	12 anos
PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	GRUPO SANGÜINEO	
ESTADO GERAL (X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO	RISCO CIRÚRGICO (X) BOM () REGULAR () MAU () PÉSSIMO					
EXAMES COMPLEMENTARES VNP						
AP. RESPIRATÓRIO Eupneico			AP. CIRCULATÓRIO estável			
AP. DIGESTIVO Tjurn.		ESTADO MENTAL L0TG	DROGAS EM USO			
PRÉ-ANESTÉSICO					ESTADO FÍSICO (ASA)	
DOSE /HORA						
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO						
CIRURGIA REALIZADA fístula de fêmur						
CIRURGIÃO AUXILIARES						
INÍCIO DA ANESTESIA 1530		TÉRMINO DA ANESTESIA 1930		DURAÇÃO DA ANESTESIA		
CÓDIGO DO PROCEDIMENTO		QUANT. DE CH.		VALORES R\$		
ANESTESISTA Dr. Gilvandro		CPF		CRM-PB		

IGENTES/HORA						
N.º						
USC	Paciente acordado e estável					
SP	Passo e UKPD					
RF	PA: 120/70					
RI	SAO					
	FC: 2					
PULSO						
DIÁSTOLICA						
CÓDIGOS CIRÚRGICA						
ANESTESIA						
SETORIZAÇÃO						
ARTERIAL						
VEG						
OXIMETRIA						
ANOTAÇÕES	RS RS RS RS RS RS RS N° 100 100 100 100 100 100 100					

Dr. Gilvandro Lins de Oliveira Júnior
ANESTESIOLOGISTA E ESPECIALISTA EM DOR
CRM/PB 6685

<input type="checkbox"/> ANESTESIA GERAL		<input checked="" type="checkbox"/> RAQUIDIANA	<input type="checkbox"/> EPIDURAL	<input type="checkbox"/> BLOCO PLEXO	<input type="checkbox"/> BLOCO NERVOS	<input type="checkbox"/> OUTROS
Paciente monitorizado, neurolexia precocemente, apnéia e convulsões regionais						
LÍQUIDOS		MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO				
GLICOSE		1. Novobupivacaína 0,25% 10ml				
NACL		2. Bupivacaína pesada 0,75% 10ml				
SANGUE		3. 13				
RINGER		4. 14				
TOTAL		5. 15				
DESTINO DO PACIENTE		6. 16				
<input type="checkbox"/> APT* <input type="checkbox"/> ENFERMARIA		7. 17				
<input type="checkbox"/> UTI <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA		8. 18				
<input type="checkbox"/> OUTROS		9. 19				
		10. 20				
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES						
de 100, se faz bloqueio plexural com agulha 30G e neuroestimulador periférico, via ulnar, neuroestimulação 0,4mA se injeta 10 se espica cada 5ml sem sangue ou pressão, no capilares sem intercorrências, logo após a apnéia e convulsões regionais lumbares (novobupivacaína 0,25% 10ml, punção com agulha 25G Quinke, 20G (+) cloro azul sangue ou pressão se injeta 10 ml 10. Sem intercorrências.						



RELATÓRIO DE CIRURGIA

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
1) Paciente em posição de decúbito dorsal com membros superiores flexionados e membros inferiores estendidos.
2) Posição em ORLA, SOB ANESTESIA.
3) Anestesia - geral + aspiração.
4) Anestesia dos campos locais.
Incisão:
1) Via lateral da coxa.
2) Dissecção por planos + hemostasia.
Achados:
1) FX distais de fêmur.
Condução:
1) Redução aberta + fixação com placa DIP 4,5mm + parafusos + 6 parafusos laterais.
2) Limpeza com solução.
3) Sutura por planos.
4) Curativo asséptico.
5) RX controle.
Fechamento:
Observação:

Médico/CRM:

João Pessoa,

23, 05, 14.

F(NG).ASCIR.009-1





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA
SECRETARIA DE SAÚDE

Guarabira; 13 de junho de 2017.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que o paciente ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA, 12 anos, menor de idade, onde o mesmo foi realizado os primeiros socorros pela equipe da USB – 50 do SAMU/GBA onde o mesmo realizaram a TRANSFERENCIA para o Hospital de Emergencia e Trauma na cidade de Joao Pessoa/PB. Paciente foi encontrado no Sitio Carrasco, próximo a Escola Maria Benevides, sendo socorrido através do ID 1700748 autorizado pela médica reguladora Dra. Gimene no dia 18/05/2017, por volta das 09:15hs, onde o mesmo sofreu Biomecânica “QUEDA DE MOTO” apresentando escoriações na face, fratura fechada em MID, edema local + desvio de MID e encurtamento com limitações do movimento MID. Ao chegarmos no local paciente ENCONTRA-VA-SE EM POSIÇÃO DORSAL AO SOLO, NÃO FAZIA USO DE EPIs (CAPACETE). Sem sinais de embriaguês. O mesmo foi conduzido pela equipe do SAMU/GBA acompanhado da Enfermeira Gleicyanne Ferreira da Cruz Morais COREN/PB 145.849 e o Condutor Roniery Agostinho da Silva, onde os profissionais realizaram todos os procedimentos como preconiza o PHTLS, e encaminhado ao referido hospital ora citado anteriormente, onde o mesmo ficou sob os cuidados da Dra. Edinelia Nobrega CRM 3520.

Atenciosamente.


Cássia Cilene Silva de Melo
Coordenadora Geral do SAMU

Cássia Cilene Silva de Melo
Coordenadora Geral
Samu - GBA





CRUZ VERMELHA
BRASILEIRA

Laudo Médico/Resumo de Alta



Nome: <u>Maíra Clementino Rabelo</u>		N de BE:	
Idade:	Sexo: <u>M</u>	Clínica: <u>Urg</u>	Enf.: <u>Leito:</u>
Data de admissão: <u>18/05/17</u>		Alta: <u>25/05/17</u>	Tempo de Permanência:
Diagnóstico de Internação: <u>Sus. diafragma de fígado</u>			
Diagnóstico Definitivo: <u>O mesmo</u>			
Diagnóstico Secundário: <u>—</u>			
Principais exames: <u>Radiografia</u>			
Cirurgia realizada - data e equipe: <u>23/05/17 - Dr. Nelson - Redução ulcero e</u>			
Biópsias: <u>biópsia íntima</u>			
Anatomia patológica:			
Infecção: sim () não (x) Coleta de material: sim () não (x)			
Resultado bacteriológico:			
Condições de alta: Melhorado (x) Removido () A pedido () Curado () Óbito () À Revelia ()			
Resumo Clínico: história evolução, terapêutica, complicações: <u>Paciente com sus. diafragma de fígado, por automedicação de Rx.</u>			
Orientações Pós Alta			
Dieta: <u>ouso leve</u>			
Repouso:			
Relativo em casa por, _____ dias.			
Retorno às atividades sem esforço físico em, _____ dias.			
Retorno às atividades com esforço físico leve, _____ dias e com maior em, _____ dias.			
Cuidados com a ferida operatória: lavá-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Htop.			
Medicações para casa: _____			
Retorno:			
Ao posto de saúde em _____ para retirada de ponto.			
Ao ambulatório _____ em 30 dias para revisão.			
João Pessoa <u>25</u> de <u>05</u> de <u>17</u>		<u>Dra. Jéssyka Emilia F. Rabelo</u> Médica CRM 100457/PE Ass. Médico/CRM	
Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.			

F(NG).APC.002-2



Assinado eletronicamente por: CLAUDIO GALDINO DA CUNHA - 26/12/2019 12:17:53



<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19122612173726200000026315820>


Número do documento: 19122612173726200000026315820


Num. 27265062 - Pág. 13

Nome:		N de BE:	
Idade:	Sexo:	Clínica:	Enf.: Leito:
Data de admissão:		Alta: 11/20/2016	Tempo de Permanência:
Diagnóstico de Internação: do intestino - leve			
Diagnóstico Definitivo: amplam O			
Diagnóstico Secundário:			
Principais exames:			
Cirurgia realizada - data e equipe:			
Biópsias:			
Anatomia patológica:			
Infecção: sim () não () Coleta de material: sim () não ()			
Resultado bacteriologista:			
Condições de alta: Melhorado () Removido () A pedido () Curado () Óbito () À Revelia ()			
Resumo Clínico: história evolução, terapêutica, complicações:			
Orientações Pós Alta			
Dieta:			
Repouso:			
Relativo em casa por, _____ dias.			
Retorno às atividades sem esforço físico em, _____ dias.			
Retorno às atividades com esforço físico leve, _____ dias e com maior em, _____ dias.			
Cuidados com a ferida operatória: lavá-la com água e sabão duas vezes por dia se sentir dor, calor, vermelhidão ou inchaço no local ou se ocorrer febre, procurar imediatamente o Htop.			
Medicações para casa:			
Retorno:			
Ao posto de saúde em _____ para retirada de ponto.			
Ao ambulatório _____ em 30 dias para revisão.			
João Pessoa; _____ de _____ de _____			
Ass. Médico/CRM			
Este documento destina-se a aprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.			



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 018.8.19.02060/01
			Data de emissão: 26/12/2019
Nº do Processo:	Comarca: Guarabira	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/12/2019
Número da guia: 018.2019.602060 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,66
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 253,30 Promovente: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA - Taxa Judiciária: R\$ 75,00 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER ADMINISTRADORA DO - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 341,65
			Desconto total: R\$ 0,00
866100000037 416509283188 520191231015 881902060014 			Valor final: R\$ 341,65

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 018.8.19.02060/01
			Data de emissão: 26/12/2019
Nº do Processo:	Comarca: Guarabira	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/12/2019
Número da guia: 018.2019.602060 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,66
Promovente: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA Promovido: SEGURADORA LÍDER ADMINISTRADORA DO SEGURO DPVAT			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas: R\$ 12,00			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 341,65
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 341,65

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 018.8.19.02060/01
			Data de emissão: 26/12/2019
Nº do Processo:	Comarca: Guarabira	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/12/2019
Número da guia: 018.2019.602060 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,66
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 253,30 Promovente: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA - Taxa Judiciária: R\$ 75,00 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER ADMINISTRADORA DO - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 341,65
			Desconto total: R\$ 0,00
866100000037 416509283188 520191231015 881902060014 			Valor final: R\$ 341,65





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 018.2019.602060

Data Vencimento: 31/12/2019

Data Emissão: 26/12/2019

Comarca: Guarabira

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: ISAIAS CLEMENTINO BARBOSA

Promovido: SEGURADORA LÍDER ADMINISTRADORA DO SEGURO DPVAT

Valor da Causa: R\$ 5.000,00

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 253,30

Taxa: R\$ 75,00

Total da Guia: R\$ 340,30

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.

